

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GERENCIAMENTO COSTEIRO
LUCIANA CARLOSSO DA SILVA**

**O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BALNEÁRIO CASSINO: UM
PROBLEMA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO INTEGRADO**

**RIO GRANDE
2012**

LUCIANA CARLOSSO DA SILVA

O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BALNEÁRIO CASSINO: UM
PROBLEMA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO INTEGRADO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro da Universidade Federal do Rio Grande, FURG, como parte das exigências para a obtenção do título de mestre em Gerenciamento Costeiro.

Orientador:

Dr. Paulo Roberto Armanini Tagliani

Comitê:

Dr. Marcelo Della'Rocha Domingues

Dr. Milton Lafourcade Asmus

Rio Grande
2012

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer ao meu PAI e minha MÃE pela possibilidade e incentivo aos estudos, e principalmente pelo carinho, dedicação e pelos valores e ensinamentos da vida.

Às minhas irmãs, FABIANA, ADRIANA (em memória) e ANA PAULA, por todos os momentos que dividimos e que aprendemos juntas.

Ao PATRICK por estar sempre ao meu lado, por fazer as minhas vontades, e por fazer as dele, também; por concordar e por discordar das minhas opiniões, enfim... Por estar disposto a participar, viver e aprender as lições da vida comigo.

Às amigas de sempre ADRIANA, GE e LALA por toda a ajuda, a força e por emprestar os ouvidos para os meus desabafos.

Aos demais amigos que, não vou citar nomes, pra não correr o risco de esquecer alguém, mas que, de alguma forma contribuíram para aliviar os momentos de tensão e estresse, principalmente na etapa final do trabalho. Àqueles também, que, de boa vontade, contribuíram em algum momento do trabalho.

Quero agradecer, também, a possibilidade de estudar na FURG, uma instituição pública e de ótima qualidade.

A CAPES pelo suporte financeiro durante o mestrado.

A todos os servidores do PPGC (Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro) pelo trabalho dedicado.

A todos os professores do programa de mestrado por proporcionar a oportunidade de conhecer, entender, aprender e aprofundar o meu conhecimento.

Em especial, ao professor PAULO ROBERTO ARMANINI TAGLIANI, o BETO, meu orientador, por acreditar no meu potencial e aceitar me orientar, desde o final da graduação. Pela dedicação, paciência e ensinamentos, pelas conversas, pelo conhecimento transmitido, abrindo portas e mostrando caminhos.

Aos professores do comitê pela dedicação, pelo apoio e pelas contribuições a este trabalho.

Aos colegas, por todos os momentos compartilhados, desde conversas informais pelos corredores, laboratórios ou pelos caminhos para a Esantar, até as discussões mais teóricas durante as aulas. Com certeza aprendi muito, e de forma interdisciplinar, com as diferenças e pontos de vista de cada um.

Eu não poderia esquecer, também, de agradecer aos turistas, comerciantes e moradores do Cassino pela atenção e receptividade, e que gentilmente responderam as questões do questionário, possibilitando, assim, alcançar os objetivos e resultados deste trabalho.

A todos, MUITO OBRIGADA!!!!

RESUMO

O turismo vem se destacando como a atividade com maior índice de crescimento na última década. O Balneário Cassino, Rio Grande - RS possui intensa atividade turística, com uma população fixa estimada em 30.000 moradores (2010), chegando a abrigar nos meses de verão, aproximadamente 150.000 visitantes. Nesses períodos, a demanda de serviços como habitações, comércios e infraestruturas é aumentada drasticamente. E a carência destes serviços acarreta consequências graves para o meio ambiente e para a economia. Buscando minimizar os possíveis impactos negativos e explorar melhor as características do balneário é que este trabalho tem como objetivo propor subsídios para a construção de um plano de ações para o desenvolvimento do sistema turístico no Balneário Cassino. Para tanto, foi necessária a aplicação de questionários aos principais atores envolvidos com esta atividade. As questões trabalhadas tinham como base duas ferramentas metodológicas, o Protocolo de Avaliação Turística (Inskip, 1991), e a Análise SWOT. Como resultado principal, foi identificado que, hoje, a opinião dos principais envolvidos com o turismo é de que o balneário não está preparado para esta atividade. Sendo apontadas como maiores empecilhos questões ligadas à infraestrutura e a especulação imobiliária. Como pontos positivos, foram destacadas a beleza cênica e a geração de empregos. Por fim, com base nas informações dos entrevistados, foram apontadas as ações de planejamento para subsidiar melhorias ao setor turístico.

Palavras-chave: Gestão Costeira Integrada, Turismo, Balneário Cassino.

ABSTRACT

Tourism has emerged as the activity with the highest growth rate in the last decade. At the Cassino Beach, Rio Grande – RS has an intense tourist activity, with a permanent population estimated at 30,000 residents in 2010, and the village comes to house during the summer months approximately 150,000 visitors. In these periods, the demand for services such as housing, shops and infrastructure is drastically increased. The lack of these services entails serious consequences for the environment and the economy. Seeking to minimize possible negative impacts and exploit the best features of the beach this paper aims to propose subsidies for the construction of an action plan for the development of the tourism system at the Cassino Beach. Therefore, it was necessary to apply questionnaires to the main actors involved in this activity. The questions were worked out based on two methodological tools, the Evaluation Touristic Protocol (Inskeep, 1991) and SWOT Analysis. As a main result, it was identified that, today, the views of the key stakeholders in tourism is that the beach is not ready for this activity. Being identified as major obstacles infrastructure issues and real estate speculation. The positive highlight the scenic beauty and jobs creation. Finally, based on the respondents information's, also were identified planning actions to support improvements to the tourism sector.

Keywords: Integrated Coastal Management, Tourism, Cassino Beach.

ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1 – Modelo Análise SWOT	19
Figura 2 – Ciclo do GCI	31
Figura 3 – Localização da Área de Estudo	33
Figura 4 – Planta e área de abrangência da rede de esgoto do Cassino	46
Figura 5 – Demarcação das ruas do anel viário no Cassino	47
Figura 6 – Pôr do sol na praia do Cassino	53
Figura 7 – Praia ao sul do Balneário Cassino	53
Figura 8 – Largura e comprimento da praia	54
Figura 9 – Congestionamento na praia	54
Figura 10 – Presença de animais na beira da praia	55
Figura 11 – Filas a espera de ônibus no terminal rodoviário do Cassino	56
Figura 12 – Valas com falta de manutenção e acúmulo de lixo	57
Figura 13 – Diversos tipos de lixos espalhados pelas ruas do balneário.	58
Figura 14 – Lixo nas dunas.	58
Figura 15 – Lixo na beira da praia.	58
Figura 16 – Filas no supermercado	59
Figura 17 – Antiga Chalet da Família Leivas	61
Figura 18 – Antiga Chalet do balneário	61
Figura 19 – Antiga Chalet destruído	61
Figura 20 – Construção do início do balneário	62
Figura 21 – Antiga Chalet Villa Francisca	62
Figura 22 – Análise SWOT do sistema turístico do Balneário Cassino – principais resultados	76

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Ações prioritárias associadas às etapas do GCI	32
Tabela 2 - Cálculo da população do Balneário Cassino de 1980 a 2010	43
Tabela 3 - Balneabilidade da Praia do Cassino de 2004 a 2011	46
Tabela 4 - Resultados da avaliação do setor turístico do Balneário Cassino	51
Tabela 5 - Resultados da avaliação do setor turístico do Balneário Cassino, por item indicador.....	52

Lista de Quadros

Quadro 1 – Protocolo de Avaliação Turística	16
Quadro 2 – Desenvolvimento do Balneário Cassino	44
Quadro 3 – Análise SWOT do Sistema Turístico do Balneário Cassino	64
Quadro 4 – Lista com os principais atores institucionais do Balneário Cassino	69
Quadro 5 – Sugestões de Ações Prioritárias para o desenvolvimento do sistema turístico no Balneário Cassino	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
COMTUR – Conselho Municipal de Turismo
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento
Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
NEMA – Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental
ONGs – Organizações Não Governamentais
PATRAM – Patrulha Ambiental da Brigada Militar
PMRG – Prefeitura Municipal de Rio Grande
SEC – Secretaria Especial do Cassino
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETUR – Secretaria de Estado de Turismo
SMCP – Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento
SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SMSTT – Secretaria Municipal da Segurança dos Transportes e do Trânsito
SMSU – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SMTEL – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS DA PESQUISA	13
2.1 Objetivos Específicos	13
3 METODOLOGIA DE TRABALHO	14
3.1 Protocolo de Avaliação Turística	16
3.2 Análise SWOT	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
4.1 Referencial Teórico	20
4.1.1 A importância das Zonas Costeiras	20
4.1.2 A atividade turística na Zona Costeira	24
4.1.3 A experiência brasileira na Gestão da Zona Costeira	28
4.2 Caracterização da Área de Estudo	33
4.2.1 Localização	33
4.2.2 Aspectos Físicos	34
4.3 Contexto Histórico do Uso e Desenvolvimento do Balneário Cassino	35
4.3.1 Litoral Norte	36
4.3.2 Litoral Sul	37
4.3.2.1 <i>Consolidação e Expansão do Balneário Cassino</i>	39
4.4 Contexto Atual	44
4.5 Resultados das Entrevistas	50
5 SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DO BALNEÁRIO CASSINO	67
6 CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

A zona costeira tem sido submetida a uma forte pressão causada pela intensa e diversificada forma de uso e ocupação do solo, pois é um ambiente estratégico para diversas atividades humanas, que geram grandes modificações e degradações para esta área. Dentre as principais atividades observadas na zona costeira estão: a pesca, o uso balneário, a exploração de petróleo, a mineração, a dragagem de areia, a deposição de esgoto e lixo, o turismo, a recreação, a aquicultura, a coleta de frutos do mar, os atracadouros e portos, as marinas, as indústrias, etc.

Mas, ao mesmo tempo em que é o cenário para as atividades humanas, as regiões litorâneas e costeiras do Brasil apresentam uma multiplicidade de ecossistemas extremamente produtivos sob o ponto de vista de recursos naturais renováveis, como estuários, marismas, planícies inundáveis, entre outros (DIEGUES, 1995).

Verdum e Strohaecker (2000), afirmam que “as riquezas naturais da Zona Costeira têm sido utilizadas há séculos, mas nas últimas décadas têm prevalecido o caráter intensivo dessa apropriação e a visão de curto prazo, priorizando-se o crescimento econômico e não o seu desenvolvimento”. Mas a falta de planejamento e infraestrutura nessas áreas implica em um crescente aumento da degradação desses ambientes, trazendo perdas econômicas e ambientais.

Nesse contexto se insere o gerenciamento costeiro, que é um importante instrumento político para a gestão e o planejamento da zona costeira, e “se expressa no compromisso governamental com o planejamento integrado da utilização de tais recursos, visando o ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos” (PNGC II).

As primeiras preocupações com a Zona Costeira surgiram em 1974 com a criação da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) que era o órgão responsável pelo Gerenciamento Costeiro no Brasil. Já em 1987 se estabelece o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), sendo no ano seguinte, instituída a Lei 7661 referente ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, que é a base legal fundamental do planejamento da zona costeira brasileira.

Segundo Polette e Silva (2003), a principal finalidade do PNGC é promover o ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros,

bem como identificar suas potencialidades, vulnerabilidades e tendências existentes. Expressando um importante compromisso com o desenvolvimento sustentável da zona costeira, esta, que é considerada um patrimônio nacional.

Atualmente, com a economia em ascensão, o espaço costeiro brasileiro tem apresentado um rápido processo de desenvolvimento e ocupação urbana. Esta ascensão é motivada por três principais vetores, a industrialização, a urbanização e a exploração turística. (MORAES, 2007; SCHERER, 2009).

Dentre estas atividades, o turismo vem se destacando como a atividade com maior índice de crescimento na última década. E o aumento dos fluxos turísticos nas áreas costeiras, está associado a preocupações potencialmente negativas para o desenvolvimento da atividade de um ponto de vista ambiental, econômico e social.

O Cassino é um balneário que se enquadra no perfil exposto acima, pois sofre influência direta das atividades portuárias, que estão em expansão no município de Rio Grande, bem como apresenta intensa atividade turística e de veraneio. Estas formas de uso acarretam como consequências primárias, a intensificação da ocupação do balneário, que não se dá de forma adequada e planejada, gerando conflitos de natureza socioeconômica e ambiental.

No Balneário Cassino - RS, o turismo pode ser considerado a base de sua economia, fato consolidado desde o início de sua formação, em que servia de área de lazer e para fins terapêuticos pela elite da época.

Com uma população fixa, estimada pela Secretaria Especial do Cassino, no ano de 2010, de 30.000 moradores, o balneário chega a abrigar nos meses de verão aproximadamente 150.000 visitantes vindos de diversas partes do estado, do país e também de países vizinhos como a Argentina e o Uruguai. Nesses períodos, a demanda de serviços como habitações, comércios e infraestruturas é aumentada drasticamente. E as carências destes serviços acarretam consequências para o meio ambiente e para a economia.

O planejamento do desenvolvimento turístico nesse balneário demanda uma abordagem de gestão costeira integrada, capaz de considerar as suas interfaces com os demais interesses socioeconômicos e ambientais, identificar os conflitos de interesses implícitos e explícitos, e buscar a resolução dos mesmos. Para tanto, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, destaca a necessidade de uma descentralização dos programas e ações, contando com a participação de órgãos locais e, principalmente, da sociedade de forma responsável e compromissada nas

tomadas de decisões. Esta medida contribuiria para elevar a qualidade de vida da população, bem como a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, que são fatores importantes para a atividade turística do local.

Então, uma tentativa para minimizar os problemas causados por uma má gestão e planejamento da atividade turística no Balneário Cassino, é a necessidade de uma inter-relação entre todos os envolvidos. E que entre estes, haja uma boa capacidade de articulação, com relação à comunicação, à coerência dos objetivos e os interesses compartilhados, visando o bom desempenho do turismo.

2 OBJETIVO DA PESQUISA

Aportar subsídios para o planejamento do desenvolvimento turístico no Balneário Cassino, com base em uma análise interpretativa da visão dos atores sociais do local, como um primeiro passo para a construção de uma agenda integrada, num contexto de gerenciamento costeiro integrado.

2.1 Objetivos Específicos

- Identificar as percepções dos atores locais quanto às potencialidades para o desenvolvimento turístico do Balneário Cassino, bem como as fragilidades, ameaças e oportunidades para esse setor.
- Sugerir temas e processos prioritários para a elaboração de uma agenda de planejamento para melhoria da atividade turística no balneário.

3 METODOLOGIA DE TRABALHO

Para alcançar os objetivos propostos pelo trabalho, foi necessário identificar os atores sociais envolvidos no setor turístico local. A identificação dos atores sociais envolvidos com o setor turístico no Balneário Cassino, Rio Grande-RS, permite a compreensão de seus interesses em relação ao sistema turístico local. Segundo Andrichi et al, (2008), a capacidade de articulação dos atores sociais, em relação à comunicação, à coerência dos objetivos e os interesses compartilhados, são de extrema importância para o bom desempenho do turismo. E para o bom desenvolvimento deste sistema de muita complexidade, justamente por abranger diferentes esferas de poder e diferentes instituições, é necessário que haja uma inter-relação entre todos os envolvidos.

A atividade turística manifesta-se no espaço. Para Santos (1997), os elementos do espaço são "os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas".

Fazendo uma correlação com a afirmação de Santos (Op. Cit.), os lugares visitados, no caso desta pesquisa o Balneário Cassino, corresponde ao "meio ecológico" ou a base física do trabalho turístico, com as estruturas de acesso, de apoio e de suporte, que inclui toda a "infraestrutura": transporte, comunicação, hotéis, serviços, segurança, saúde, etc. "O homem" é o elemento que corresponde à demanda turística e aos moradores locais, e comunidades receptoras em geral. "As firmas" correspondem a todas as empresas de serviços e recreação oferecidos. E "as instituições" são os sistemas que correspondem às normas, às ordens e as leis que regem o turismo e o balneário.

A partir da afirmação de Santos, e da relação entre os elementos do sistema turístico, é que se fez a identificação dos principais atores sociais envolvidos com o turismo local. Desta maneira, neste trabalho tomam-se como os principais envolvidos com o setor turístico, os moradores do Balneário, os Comerciantes, a Secretaria Especial do Cassino – SEC, órgão responsável pela administração do local, e os turistas.

Mas a existência de atrativos turísticos e a sua promoção, não quer dizer que transformará um determinado local em atrativo turístico. É necessário um processo que aborde diferentes aspectos da vida local de forma sistêmica, com a participação dos diversos atores sociais envolvidos neste território.

O desenvolvimento da atividade turística é caracterizado pela super-segmentação do setor, bem como a super-especialização da oferta, buscando melhor atender as expectativas dos turistas. Porém, os destinos turísticos, além de proporcionar bem estar e satisfação aos visitantes, devem, sobretudo, satisfazer aos visitados.

O turismo proporciona importantes benefícios para o local, dentre eles o desenvolvimento do comércio, que gera empregos e pode resultar em uma melhora na qualidade socioeconômica da população. Bem como a valoração das especificidades da cultura local.

Entretanto, para um desenvolvimento turístico adequado é necessário a existência de uma avaliação das características físicas e socioculturais, bem como as econômicas do território. Para, a partir deste conhecimento, se estabelecer o planejamento e a gestão dessa atividade. Uma falha neste procedimento pode acarretar efeitos negativos para o ambiente, para a cultura e para as atividades econômicas. Dentre as principais consequências estão a poluição, a perda de identidade local e o aumento de custo de vida da população.

Para obter informações a respeito da qualidade dos serviços oferecidos pelo Balneário Cassino, foi necessária a utilização de questionários, aplicados aos principais atores. O questionário utilizado para esta pesquisa foi o mesmo utilizado por SILVA (2010), onde foram formulados três tipos de questionários: um para os moradores, um para os turistas e um para os comerciantes. Ambos os questionários eram compostos por dados de identificação, escolaridade e renda dos respondentes, que possibilitou conhecer com maior detalhamento as características dos entrevistados.

Também continham uma tabela, que apontavam características do Balneário Cassino, com questões fechadas onde o informante deveria escolher entre três opções de resposta (ótimo, médio ou ruim), para a sua avaliação correspondente aos aspectos listados. O questionário continha ainda, questões abertas semi-estruturadas, que objetivavam dar uma maior liberdade aos respondentes para avaliar o Balneário. E, por fim, uma última pergunta aberta para sugestões, reclamações e comentários em geral.

Para o levantamento das informações sobre a avaliação do sistema turístico na visão dos envolvidos com o setor, foi aplicado um total de 60 questionários. Para cada grupo (moradores, comerciantes e turistas) foram aplicados 20 questionários.

Estas informações foram obtidas através do Protocolo de Avaliação Turística e forneceram o aporte para subsidiar propostas de ações para uma agenda de planejamento da atividade turística no Cassino.

As informações levantadas com os questionários foram analisadas a partir da aplicação de outro instrumento de gestão, a Análise SWOT. Esta que se configura como uma importante ferramenta para análise de cenários.

3.1 Protocolo de Avaliação Turística

A tabela de avaliação utilizada para o questionário foi baseada na metodologia de Inskip (1991), denominada “PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO TURÍSTICA”. Este autor coloca as questões de avaliação de recursos patrimoniais e socioculturais, bem como as questões relativas ao ambiente e à economia, no centro do processo de planejamento do turismo. Desta forma, esta ferramenta de análise tem por objetivo apontar importantes características e diferentes aspectos indicadores, ligados ao setor turístico, para a realização de uma avaliação da qualidade do turismo em determinado local.

Estas características locais e os aspectos indicadores foram dados a partir de questões divididas em diferentes categorias relacionadas à: atratividade geral e da praia; meio ambiente; condições climáticas; infraestrutura; administração do Balneário; informações turísticas; impactos sobre o patrimônio cultural e sobre a comunidade, e comportamento da comunidade local; também apresentavam uma escala de avaliação, conforme o quadro 1, abaixo:

1. Atratividade

1. Atratividade geral	Ótimo	Médio	Ruim
Beleza do Cenário			
Diversidade de Recursos como Objeto de Atração Turística			
Singularidade			
Originalidade e Equilíbrio da Paisagem			
Diversidade e Alternativas das Oportunidades de Lazer			
Limpeza do Meio Ambiente (Ar, Água e Solo).			

2. Atratividade da praia	Ótimo	Médio	Ruim
Beleza da Praia			
Tipo de Areia			
Largura e Comprimento da Praia			
Variedade de Atividades			
Conforto			

2. Meio Ambiente

3. Situação Ambiental	Ótimo	Médio	Ruim
Densidade Populacional			
Impacto Ecológico			
Recursos Naturais			
Riscos Naturais			
Pragas, Incômodos (Mosquitos, Moscas, Cachorros, etc.).			

4. Condições Climáticas	Ótimo	Médio	Ruim
Chuvas			
Temperatura			
Vento			
Umidade			
Frequência de Tempestades (Frentes Frias)			

5. Infraestrutura	Ótimo	Médio	Ruim
Condições da Malha Rodoviária (Ruas, Avenidas, Estradas).			
Sistema de Transportes Coletivos (Frequência, Rodoviária, Qualidade, etc.).			
Qualidade da Água, Capacidade de Suprimento (Estoque).			
Esgotamento Sanitário			
Lixo (Lixeiras, Recolhimento de Lixo).			
Instituições de apoio (Hotéis, Bancos, Postos de Saúde, Restaurantes, etc.).			
Segurança Pública			

3. O Balneário

6. Administração	Ótimo	Médio	Ruim
Qualidade dos Serviços			
Capacidade de Expressão /Comunicação (Língua)			
Facilidades de Serviços e Manutenção			
Planejamento e Mitigação dos Impactos Ambientais			
Participação Local			

7. Informações	Ótimo	Médio	Ruim
Guias			
Informações sobre Passeios Oferecidos			
Informações Prestadas aos Turistas			

8. Impactos sobre o patrimônio cultural	Ótimo	Médio	Ruim
Étnicos			
Sítios Históricos			
Crenças e Religiões			
Costumes, Tradições e Solidariedade.			

9. Efeitos sobre a Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim
Posição da Comunidade			
Educação			
Nível de Participação (Ativo/Passivo)			
Uso local de sítios turísticos			

10. Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim
Hospitalidade			
Informações sobre o Local			
Educação e Conscientização das Pessoas			
Mão de Obra Qualificada para o Serviço Turístico			

Quadro 1: Protocolo de Avaliação Turística, Inskeep, 1991.

3.2 Análise SWOT

Após a aplicação dos questionários, a próxima etapa do trabalho consistiu em realizar uma Análise SWOT (figura 1), que é uma ferramenta utilizada para fazer análise de qualquer tipo de cenário e é utilizada para auxiliar na gestão e no planejamento estratégico. Esta ferramenta surgiu nas ciências econômicas e administrativas, e é muito utilizada, pois é de fácil aplicação para inúmeros estudos de casos.

Segundo António (2002) os fundamentos da análise SWOT, que é um anagrama para Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças), remontam aos anos de 1950, e tinham como principais objetivos a busca pela futuridade das decisões e a necessidade de se ter um propósito para o empreendimento. Mais tarde, a esta concepção foi acrescentada a necessidade de uma abordagem holística, onde a empresa, o setor ou a atividade em questão não fossem observados de forma fragmentada.

Para iniciar a análise estratégica, é preciso se definir um propósito, para em seguida fazer a análise do meio que envolve determinado caso. Neste momento é que se detectam as influências externas, que servirão para orientar a definição dos objetivos para o planejamento, ou seja, as decisões para a gestão. E as influências internas, que *“são vistas como motores ou freios ao desenvolvimento da atividade”*. (Op. Cit., p. 6).

Através desta análise, então, é possível identificar os fatores internos e externos que influenciam o desenvolvimento das atividades econômicas. Os fatores internos são as Forças e as Fraquezas, que são as características próprias do local, que se pode interferir através de investimentos, para manter a qualidade ou buscar o aperfeiçoamento. E os fatores externos são as Oportunidades e as Ameaças, que não se pode controlar, mas conhecê-los é de extrema importância para que se possam aproveitar as Oportunidades e evitar as Ameaças ou, ao menos, minimizar os seus efeitos.

Figura 1: Modelo Análise SWOT

		AJUDA	ATRAPALHA
AMBIENTE	INTERNO	FORÇAS S	FRAQUEZAS W
	EXTERNO	OPORTUNIDADES O	AMEAÇAS T

FONTE: Google Imagens, março/2012.

Para o Balneário Cassino, a Análise SWOT foi realizada com base na avaliação do setor turístico, encontrada a partir da visão dos atores locais. E tanto a metodologia utilizada para a avaliação do potencial turístico (Protocolo de Avaliação Turística – Inskeep), quanto à utilização de uma análise estratégica (Análise SWOT), foram adaptadas do trabalho de Martinez (2005), onde a autora apresenta dados referentes à Ilha dos Marinheiros. Em seu trabalho, a análise estratégica, que apresenta as Forças e Fraquezas e as Oportunidades e Ameaças, é feita a partir de sua própria percepção. O mesmo ocorre com o Protocolo de Avaliação Turística para a Ilha dos Marinheiros. O diferencial dos trabalhos aparece, então, no momento da avaliação turística e na estruturação da análise, mais especificamente, em quem avalia a qualidade do setor turístico e por consequência quem aponta as Forças e Fraquezas, e as Oportunidades e Ameaças.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por ser um ambiente muito dinâmico, tanto do ponto de vista ambiental, social e econômico, é que os processos ocorrentes na Zona Costeira são muito complexos. Com a economia em ascensão, é inevitável que ocorram transformações nesse espaço. Dentre os principais vetores dessas transformações, o turismo tem se destacado, tanto por gerar aumento na economia, mas também pelos impactos que tem causado ao meio ambiente. O gerenciamento costeiro, então, tem o papel de minimizar os efeitos negativos destas transformações na zona costeira.

Nesse sentido, esse capítulo apresenta questões referentes a esses assuntos. Começando com um referencial teórico que aborda aspectos sobre a Zona Costeira, sobre a atividade turística e sobre o gerenciamento costeiro. Depois, em outro item, apresenta a área de estudo e por fim, são exibidos os resultados da pesquisa com os atores sociais do Balneário Cassino e a Análise SWOT do local.

4.1 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1.1 A importância das zonas costeiras

Ao longo de sua evolução, a população humana sempre teve interesse em ocupar as terras próximas ao mar. Historicamente, os cerca de 8.698 km do litoral brasileiro foram povoados de acordo com um padrão descontínuo, onde se identificam zonas de adensamento, preferencialmente em torno de estuários. Tal acontecimento pode ser constatado pelo fato de que, nos 17 estados costeiros, a ocupação da zona costeira é, geralmente, superior à média estadual (Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União, 1996). Dos 5.565 municípios do Brasil, 395 estão localizados na zona costeira brasileira, que é definida pela constituição do país como “patrimônio nacional”. Os municípios integrantes da zona costeira são definidos em lei pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, e são aqueles que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes no litoral.

A Zona Costeira é um espaço extremamente diversificado, apresentando características ambientais e socioeconômicas, que lhe são próprias, tratando-se de uma localização diferenciada. É um lugar de produção e reprodução de grupos humanos, com possibilidades de usos sociais com dado potencial produtivo. Assim, qualificando-se economicamente pelos bens que abriga, mas também por sua localização e caracterização geral.

A zona costeira tem sido submetida a uma forte pressão causada pela intensa e diversificada forma de uso e ocupação do solo, pois é um ambiente estratégico para diversas atividades humanas, que geram grandes modificações e degradações para esta área. Dentre as principais atividades observadas na zona costeira estão: a pesca, o uso balneário, o turismo, a exploração de petróleo, a mineração, a dragagem de areia, a deposição de esgoto e lixo, a recreação, a aquicultura, a coleta de frutos do mar, os atracadouros e portos, as marinas, as indústrias, etc.

Mas, ao mesmo tempo em que é o cenário para as atividades humanas, as regiões litorâneas e costeiras do Brasil apresentam uma multiplicidade de ecossistemas extremamente produtivos sob o ponto de vista de recursos naturais renováveis, como estuários, marismas, planícies inundáveis, entre outros (DIEGUES, 1995).

Verdum e Strohaecker (2000), afirmam que *“as riquezas naturais da Zona Costeira têm sido utilizadas há séculos, mas nas últimas décadas têm prevalecido o caráter intensivo dessa apropriação e a visão de curto prazo, priorizando-se o crescimento econômico e não o seu desenvolvimento”*. Mas a falta de planejamento e infraestrutura nessas áreas implica em um crescente aumento da degradação desses ambientes, trazendo perdas econômicas e ambientais.

Conceitualmente, a zona costeira pode ser considerada como a zona de transição entre os oceanos e os continentes, onde ocorre uma série de interações entre mar, terra e atmosfera. Assim é definida, de acordo com o Macrodiagnóstico da Zona Costeira (2008), que também considera as características dessa região como uma herança de processos anteriores, remodelados pela dinâmica das ações terrestres, marinhas e climáticas. Mas a definição de zona costeira também gera algumas polêmicas. Segundo Moraes (2007, p.29) *“a especificação clara da finalidade da delimitação buscada emerge como um elemento importante a ser considerado, pois a seleção dos critérios a serem utilizados deriva em muito dos fins pretendidos.”* Ou seja, os limites das áreas costeiras devem ser delineados conforme

os objetivos da gestão, variando de acordo com critérios e aspectos que são considerados para cada ocasião.

Seguindo os critérios do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, a faixa marítima da zona costeira engloba o mar territorial brasileiro chegando até 12 milhas, e a faixa terrestre, de acordo com os critérios do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II) pode chegar a 50 km da linha de costa, é importante destacar que, também considera os municípios que sofrem ou exercem influência dos fenômenos ocorrentes na Costa, totalizando uma área de, aproximadamente, 514 mil km² (Macrodiagnóstico da Zona Costeira, 2008).

Por ser uma área de transição entre o continente e o oceano, as áreas costeiras apresentam uma grande variedade de ambientes e ecossistemas, que são interligados, entre si, e muito dinâmicos. Existe uma troca de nutrientes, muito grande, entre os sistemas marinho e terrestre, tanto no fluxo continente – oceano (através das águas das chuvas e rios) quanto do oceano para o continente, fazendo com que este ambiente seja muito produtivo.

Do ponto de vista da biodiversidade, a zona costeira apresenta diferentes ambientes, extremamente frágeis, que estão suscetíveis a impactos negativos, agravando o problema da degradação ambiental. Os principais ecossistemas, característicos das zonas costeiras são os recifes e corais, marismas, manguezais, baías, falésias, estuários, praias e campos de dunas, etc. Estes ambientes, por serem muito produtivos apresentam um papel de grande relevância na natureza, pois servem de abrigo para diversas espécies da fauna e da flora.

Mas a zona costeira está em um processo de ocupação, em ritmo cada vez mais veloz, pelo fato de oferecer condições (recursos) propícias para as necessidades (produtos e serviços) sociais e econômicas da população mundial. E tal processo se manifesta animado por múltiplos vetores de desenvolvimento. Mas podem-se apontar como vetores prioritários nessa influência: a urbanização, a industrialização e a exploração turística. Destacam-se ainda, a atividade petrolífera e a carcinicultura (cultivo de camarões), como as de crescimento mais significativo nos últimos anos. (Macrodiagnóstico da Zona Costeira, 2008).

A zona costeira pode ser definida como uma área de múltiplos usos, pois em sua extensão é possível encontrar variadas formas de ocupação do solo e a manifestação de diferentes atividades humanas. E caracteriza-se, também, como

meio de circulação, pois é uma área estratégica muito importante em função dos fluxos de mercados.

Metade da população brasileira reside a não mais de 200 km do mar, o que equivale a um efetivo de 70 milhões de habitantes, cuja forma de vida impacta diretamente os ambientes litorâneos. Na zona costeira, mais especificamente, são 43 milhões de pessoas, cerca de 18% da população do país. Mas a tendência marcante da distribuição da população litorânea é seu caráter concentrado, em alguns pontos da zona costeira. Deve-se destacar que, segundo o Macrodiagnóstico da Zona Costeira (2008), 16 das 28 regiões metropolitanas encontram-se a beira mar. E que a densidade média da zona costeira é de 87 hab/km², cinco vezes maior que a média nacional de 17 hab/km², e as atividades econômicas relacionadas à zona costeira respondem por cerca de 70% do PIB nacional (MORAES, 2007).

Trata-se de um universo marcado pela diversidade e convivência de padrões díspares. Sendo palco de inúmeros conflitos, quanto ao uso do solo, onde o papel do planejamento adquire maior relevância.

Dentre os efeitos mais preocupantes das atividades antrópicas nas áreas costeiras estão àqueles relacionados com os vetores de desenvolvimento e pressão, que ocasionam mudanças ambientais significativas. Os problemas mais importantes e preocupantes da Zona Costeira surgem por consequência da ocupação desordenada do solo e da superexploração dos recursos naturais, levando a importantes e graves impactos ambientais. Segundo Scherer (2009) essas atividades, sem o devido planejamento e ordenamento levam a:

1. Contaminação hídrica por falta de saneamento básico aumentando os níveis de risco para a saúde humana.
2. Acidentes em áreas de risco ocupadas pela população pobre.
3. Perda da biodiversidade, pela diminuição da superfície de habitat críticos e fragmentação de ecossistemas.
4. Diminuição da produtividade primária, devido à supressão da Mata Atlântica, da vegetação de restinga e, principalmente, dos manguezais.
5. Deterioração do patrimônio histórico-cultural costeiro.
6. Diminuição crescente no acesso aos bens de uso público, como as praias.
7. Perda de patrimônio público.

8. Contaminação química dos ecossistemas em decorrência da indústria petroleira e da atividade portuária.
9. Redução da diversidade das paisagens naturais e erosão costeira.

O mesmo autor (Op. Cit.) ressalta que, a gestão das atividades antrópicas costeiras não é fácil e, em parte, a dificuldade do gerenciamento costeiro no Brasil deriva da organização político-administrativa territorial do estado brasileiro e da decorrente multiplicidade de instituições, processos, normas e controles de diferentes naturezas.

Nesse contexto se insere o gerenciamento costeiro, que é um importante instrumento político para a gestão e o planejamento da zona costeira, e “*se expressa no compromisso governamental com o planejamento integrado da utilização de tais recursos, visando o ordenamento da ocupação dos espaços litorâneos*” (PNGC II, p.1, 1997).

Segundo Polette e Silva (2003), a principal finalidade do PNGC é promover o ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, bem como identificar suas potencialidades, vulnerabilidades e tendências existentes. Expressando um importante compromisso com o desenvolvimento sustentável da zona costeira, esta, que é considerada um patrimônio nacional.

Dentre as atividades desenvolvidas na região costeira, o turismo vem se destacando como a atividade com maior índice de crescimento na última década. E o aumento dos fluxos turísticos nas áreas costeiras, está associado a preocupações potencialmente negativas para o desenvolvimento da atividade de um ponto de vista ambiental, econômico e social.

4.1.2 A atividade turística na zona costeira

O turismo como atividade econômica, que movimenta um grande número de pessoas, teve origem na Revolução Industrial, mas foi após a Segunda Guerra Mundial que se intensificou. Este é caracterizado pelo deslocamento de pessoas para fins de lazer, descanso ou de trabalho, e estabelecem relações entre diferentes povos e culturas.

A Organização Mundial de Turismo (OMT) define turismo como o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado.

Além disto, a atividade turística é caracterizada pela relação sociedade-natureza. E são os elementos naturais que dão origem a estruturação e organização dos principais destinos turísticos. Mas o crescimento acelerado da atividade turística e sua concentração na área costeira têm trazido interferências negativas na qualidade do ambiente e na qualidade de vida das populações.

A história da humanidade é marcada pela constante transformação da natureza. Desde os tempos mais remotos, o homem molda e transforma o espaço ao seu redor de acordo com as suas necessidades. Essa ideia de que o homem por ser racional é superior, determina as ações dos seres humanos desde os primórdios, mas há um tempo já não mais se configura como uma intervenção sadia, gerando muitas discussões a este respeito. Como consequências dessa interação estão: o esgotamento de recursos, a poluição, o desequilíbrio dos ecossistemas, etc.

E a atividade turística é um processo complexo que engloba recursos naturais do meio ambiente, culturais, sociais e econômicos. E estes elementos movem a atividade turística que, em conjunto, formam e determinam a qualidade da paisagem, que é tida como um dos mais importantes elementos da atratividade dos lugares por motivar essa prática.

Por isso, o turismo é uma das atividades que tem recebido maior atenção pelos gestores, pois está entre as que mais ameaçam os ecossistemas costeiros devido às proporções que atingiram e às práticas associadas. Questões como a ocupação por segunda residência, demanda por infraestrutura logística, de saneamento e de serviços em geral, entre outras, fazem parte das pressões incidentes nesse espaço geográfico (Macrodiagnóstico da Zona Costeira, 2008).

A atividade turística destaca-se, também, por incrementar a diversificação econômica, inserindo novos contingentes no mercado de trabalho formal e informal, porém, contribui para o processo de segregação socioespacial e para o comprometimento da qualidade ambiental dos ecossistemas costeiros.

Por tanto, a exploração do turismo é um processo que requer a conjugação de esforços tanto públicos quanto privados na dotação de equipamentos,

infraestrutura, bem como na qualificação dos recursos humanos, na tentativa de minimizar os impactos socioambientais negativos, mas também estimular os impactos socioeconômicos positivos.

Do ponto de vista econômico, o turismo está intrinsecamente ligado à gestão autossustentável do patrimônio histórico, social e cultural, e dos recursos naturais das localidades onde é exercido. Foi considerado importante para a economia, primeiramente, pelos países desenvolvidos, com economia de mercado; e depois por países socialistas, que também perceberam o enorme potencial do setor, cujos efeitos multiplicadores estenderam-se, em maior ou menor intensidade, a dezenas de ramos da atividade. Na década de 1980, houve uma maior conscientização global da importância do turismo e sua interdependência com outras atividades econômicas e sociais.

O turismo vem, ao longo de vários anos, se expandindo a taxas elevadas, superiores à média do crescimento dos diversos segmentos da economia. O crescimento substancial da atividade turística marca claramente o turismo como um dos fenômenos mais notáveis, econômico e social, do século passado.

Com o crescimento desta atividade, cresceu também as opções de atrativos de lazer, definindo assim, diversos tipos de turismo – ecoturismo, turismo cultural, turismo rural, turismo de aventura, etc. No caso da zona costeira, as características principais associadas ao turismo são a intensa rede hidrográfica e a exuberância de seus recursos e paisagens naturais. Ainda, dentro desta região específica, destacam-se as praias naturais e /ou artificiais. A esta segmentação do turismo, dá-se o nome de “Turismo de Sol e Praia”.

Dentre as principais atividades realizadas nas áreas pertencentes a este segmento destacam-se o uso balneário e as atividades de veraneio. Segundo Sampaio (2006), o uso balneário possui duas características determinantes: o interesse de possuir um estabelecimento junto às praias e a sazonalidade com que ocorre. Ainda segundo este autor, o fato de querer uma propriedade junto à orla das praias é um fator determinante na urbanização das mesmas. E em relação à sazonalidade, para Sampaio (Op. Cit.), os períodos de presença de maior concentração estão ligados aos períodos de férias, além de feriados e finais de semanas. Mas, a maioria dos destinos de sol e praia apresenta esta característica de movimento sazonal e massivo, que é um importante fator contribuinte para a degradação ambiental, cultural e social dos destinos.

A expansão do mercado e a consolidação de variados segmentos turísticos é uma tendência mundial. E a segmentação denominada “*Turismo de Sol e Praia*” (bem como outras denominações para outras segmentações) é entendida como uma forma de facilitar o processo de planejamento e gestão da atividade.

Conceitualmente, o Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor (Ministério do Turismo, 2008). E caracteriza-se pela oferta de serviços, produtos e equipamentos de transporte, hospedagem, alimentação, etc. Considera-se nessa categoria as praias marítimas, fluviais, lacustres e, também as praias artificiais (por exemplo, construções artificiais de lagos e represas).

As características físicas e geográficas, associados às temperaturas quentes ou amenas, configuram os elementos essenciais para a atratividade dos destinos. Mas são as atividades humanas desenvolvidas no local, que determinam a dinâmica de uso e ocupação do destino turístico.

A característica de possuir movimento em massa, ou seja, grande concentração populacional em um mesmo lugar e ao mesmo tempo, tem como consequência o aumento na demanda de recursos e serviços oferecidos pelo balneário. O que resulta em impactos ambientais (poluição, acúmulo de lixo, degradação de ecossistemas, etc.), sociais (filas em restaurantes, aumento do número de veículos, etc.) e econômicos (perda da atratividade). Para evitar problemas deste tipo é necessário que se tenha cuidados para manter a qualidade das águas e das areias, a harmonização de procedimentos de acesso e a segurança das localidades, entre outros aspectos não menos importantes.

O estabelecimento de normas que regulem o desenvolvimento do segmento de Turismo de Sol e Praia é fundamental para a qualificação dos produtos turísticos, que certamente reflete na qualidade de vida da população local e na experiência do turista.

O esforço de todos os atores envolvidos - turistas, moradores, comerciantes, entidades – é o principal fator para a obtenção e manutenção da qualidade dos serviços oferecidos por esta atividade. Para tanto, o destino turístico precisa obedecer a normas e critérios legais, no que diz respeito ao meio ambiente e a sociedade. Além das regras específicas da área turística, a base legal que incide no “Turismo de Sol e Praia” está associada a aspectos de gestão patrimonial,

ordenamento territorial, gestão de recursos hídricos (controle da poluição e gestão integrada de recursos fronteiriços e transfronteiriços) e da gestão da zona costeira e da orla marítima (Ministério do Turismo, 2008).

4.1.3 A experiência brasileira na gestão da zona costeira

As discussões a respeito das questões do paradigma do desenvolvimento sustentável, na década de 70, exerceram influência para o surgimento das primeiras iniciativas institucionais, em matéria de meio ambiente e de zona costeira, em todo o mundo.

As primeiras preocupações com o gerenciamento da Zona Costeira surgiram como ações corretivas, ou seja, como respostas aos problemas já existentes, e muitas vezes não se mostravam eficientes quanto da identificação do problema nem quanto da elaboração da resposta. Os Estados Unidos foi o primeiro país a apresentar um plano de gerenciamento costeiro e que, segundo Cicin-San e Knecht (1998) primeiro definiu, então, os objetivos, os conceitos e as linhas orientadoras para a gestão da zona costeira. A partir das concepções apresentadas pelos EUA, novas discussões sobre o assunto foram feitas por vários outros países.

No Brasil, a primeira instituição voltada aos assuntos relacionados aos ecossistemas costeiros e marinhos foi a Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMA/PR), criada no ano de 1973. Depois disso, no ano de 1974 foi instituída a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). *“Essa comissão designou uma subcomissão de Gerenciamento Costeiro em 1982. Tal subcomissão, entre outras coisas, deu início aos primeiros estudos para a criação de um programa de âmbito nacional de gerenciamento costeiro”* (SCHERER et al., 2009, p.18).

Com o objetivo de especificar um modelo institucional de gestão a ser adotado, em 1987, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM, estabeleceu o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, que foi efetivado no ano seguinte, quando foi instituído através da lei 7.661 o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC. Mais tarde uma nova versão do plano foi aprovada, o PNGC II, onde foi acentuada a responsabilidade das diferentes escalas de ação, tanto estadual quanto municipal, em conjunto com a sociedade civil para o

desenvolvimento do gerenciamento costeiro. Dessa forma destacou a necessidade de uma articulação mais efetiva entre os envolvidos.

Constituindo-se como a base legal fundamental do planejamento da zona costeira no Brasil, e visando dar orientações quanto às formas de uso e ocupação racionais dos recursos marinhos e costeiros, “o Plano estabelece os princípios, os instrumentos e as competências para a gestão nesta região explicitando as atribuições de cada instância de governo, [...]” (ASMUS et al., p.4, 2006).

Segundo o mesmo autor (Op. Cit.) o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – GERCO, cujo objetivo é operacionalizar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC de forma descentralizada e participativa, tem como arranjo institucional para a sua execução o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como órgão central. Este coordena todas as ações no nível federal, articulado com os governos dos estados litorâneos através dos seus respectivos órgãos ambientais, e no papel de executores estaduais buscam integrar suas ações com os municípios.

Como instrumentos de gestão, o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGC II) aponta:

- Planos de Gestão da Zona Costeira – PGZC
- Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro – ZEEC
- Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro – SIGERCO
- Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira – SMA-ZC
- Relatório da Qualidade Ambiental da Zona Costeira – RQA-ZC
- Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC
- Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC

Segundo o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC do Brasil, por meio da Resolução 01/90, gerenciamento costeiro é um conjunto de atividades e procedimentos que, por meio de instrumentos específicos, permite a gestão da utilização dos recursos da zona costeira. Esta definição posteriormente evoluiu para um novo conceito, o Gerenciamento Costeiro Integrado - GCI. Este pode ser definido como um processo contínuo e dinâmico pelo qual são feitas decisões e ações para o uso sustentável, desenvolvimento e proteção das áreas costeiras e recursos marítimos. Para o fortalecimento da base legal destes processos decisórios, é

preciso que os níveis governamental e social se integrem, visando à elaboração de um plano de ação, politicamente aceitável (ASMUS et al, 2006).

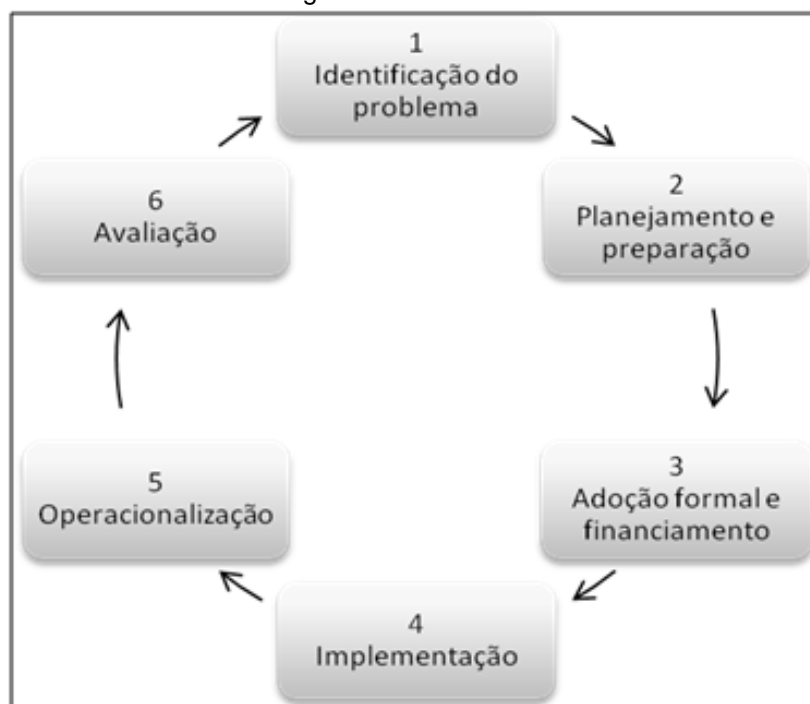
O Gerenciamento Costeiro Integrado leva em consideração todas as atividades setoriais que afetam a zona costeira e seus recursos, lidando também com os principais temas ou problemas sociais e econômicos, bem como aqueles relacionados à questão ambiental e/ou ecológica. O objetivo é claro: harmonizar essas atividades de tal forma que todos estes sejam consistentes com o suporte das metas e objetivos preconizados em nível nacional para o desenvolvimento harmônico da zona costeira.

Também caracteriza-se por ser participativo, contínuo, interativo e adaptativo, e que inclui uma série de deveres associados, que também devem alcançar metas e objetivos pré-determinados. Este envolve ainda uma avaliação abrangente da realidade em que está inserida, objetivando o planejamento de usos e o gerenciamento dos sistemas e recursos, levando também em consideração aspectos de natureza histórica, cultural e das tradições, bem como os conflitos de interesses e a utilização do espaço a ser analisado.

A principal meta do GCI é melhorar a qualidade de vida das comunidades humanas que dependem dos recursos costeiros levando em consideração a manutenção da diversidade biológica e a produtividade dos ecossistemas costeiros. No entanto, para alcançar tal meta é necessário um processo de articulação política, com o envolvimento institucional nos mais diversos níveis de articulação e de seus interesses.

Segundo Cicin-Sain & Knecht (1998), um processo de gerenciamento costeiro integrado deve responder a seis estágios de desenvolvimento (figura 2). E deve buscar um balanço das atividades potenciais, de forma a planejar os espaços costeiros e oceânicos, proporcionando condições para uma visão a curto, médio e em longo prazo, promovendo assim usos apropriados da zona costeira.

Figura 2: Ciclo do GCI.



Fonte: Cicin-Sain & Knecht, 1998, adaptado de Olsen 1993.

Estes mesmos passos podem ser relacionados com uma tabela (tabela 1), adaptada por Belchior (2008), de Olsen et al. (1999), que aponta as ações prioritárias associadas às etapas do GCI. Nessa tabela, a etapa cinco (5) do ciclo de Cicin-Sain & Knecht (1998) não aparece, por tanto deve se destacar que a Operacionalização das ações não está restrita às ações governamentais (federal, estadual e municipal) podendo ser efetuadas tanto por entidades públicas como privadas, ou também em associações e colaborações entre essas.

O ciclo do Gerenciamento Costeiro de Cicin-Sain & Knecht, 1998, associado às ações apresentadas por Belchior, 2008 e Olsen et al., 1999, pode ser considerado um resumo esquemático de como devem ser realizados processos que envolvem a metodologia e os conceitos e princípios do GCI.

Fases	Ações Prioritárias
Fase 1: <i>Identificação e Avaliação dos Assuntos Chave</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e avaliar os principais assuntos ambientais, sociais e institucionais e suas implicações. • Identificar os principais atores (governamentais e não governamentais) e seus respectivos interesses. • Verificar as lideranças governamentais e não-governamentais sobre os assuntos selecionados. • Selecionar os assuntos sobre os quais a iniciativa de gerenciamento enfocará os esforços. • Definir as metas do gerenciamento costeiro integrado.
Fase 2: <i>Preparação do Programa</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar pesquisas científicas direcionadas às questões gerenciais identificadas como prioritárias. • Documentar as condições atuais que servirão de linha de base. • Realizar programas de educação pública e assegurar o envolvimento dos atores principais no processo de planejamento. • Preparar o plano de gerenciamento e a estrutura institucional sobre as quais será implementado. • Iniciar o desenvolvimento da capacidade técnica e institucional necessárias para a implementação. • Planejar a sustentação financeira. • Testar estratégias de implementação em escala piloto.
Fase 3: <i>Adoção Formal e Financiamento</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Obter a aprovação governamental da proposta. • Implementar o marco institucional básico do processo de Gerenciamento Costeiro Integrado e obter o respaldo governamental para os diversos arranjos institucionais. • Obter os fundos necessários para a implementação do programa.
Fase 4: <i>Implementação</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Modificar as estratégias do programa conforme seja necessário. • Promover o cumprimento das políticas e estratégias do programa. • Fortalecer o marco institucional e o marco legal do programa. • Implementar mecanismos de integração e cooperação interinstitucional. • Fortalecer a capacidade gerencial, técnica e de gerenciamento financeiro do programa. • Assegurar a construção e manutenção da infra-estrutura física. • Alimentar a participação aberta de quem respalda o programa. • Implementar procedimentos da resolução dos conflitos. • Alimentar o apoio político de maneira a manter o programa entre as prioridades da agenda pública. • Monitorar o desempenho do programa e as tendências do ecossistema.
Fase 5: <i>Avaliação</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Determinar os impactos do programa nas questões gerenciais que estão sendo tratadas. • Adaptar o programa de acordo com a experiência obtida, bem como às novas condições ambientais, políticas e sociais.

Tabela 1: Ações prioritárias associadas às etapas do GCI, adaptada por Belchior (2008) de Olsen et al. (1999).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.2.1 Localização

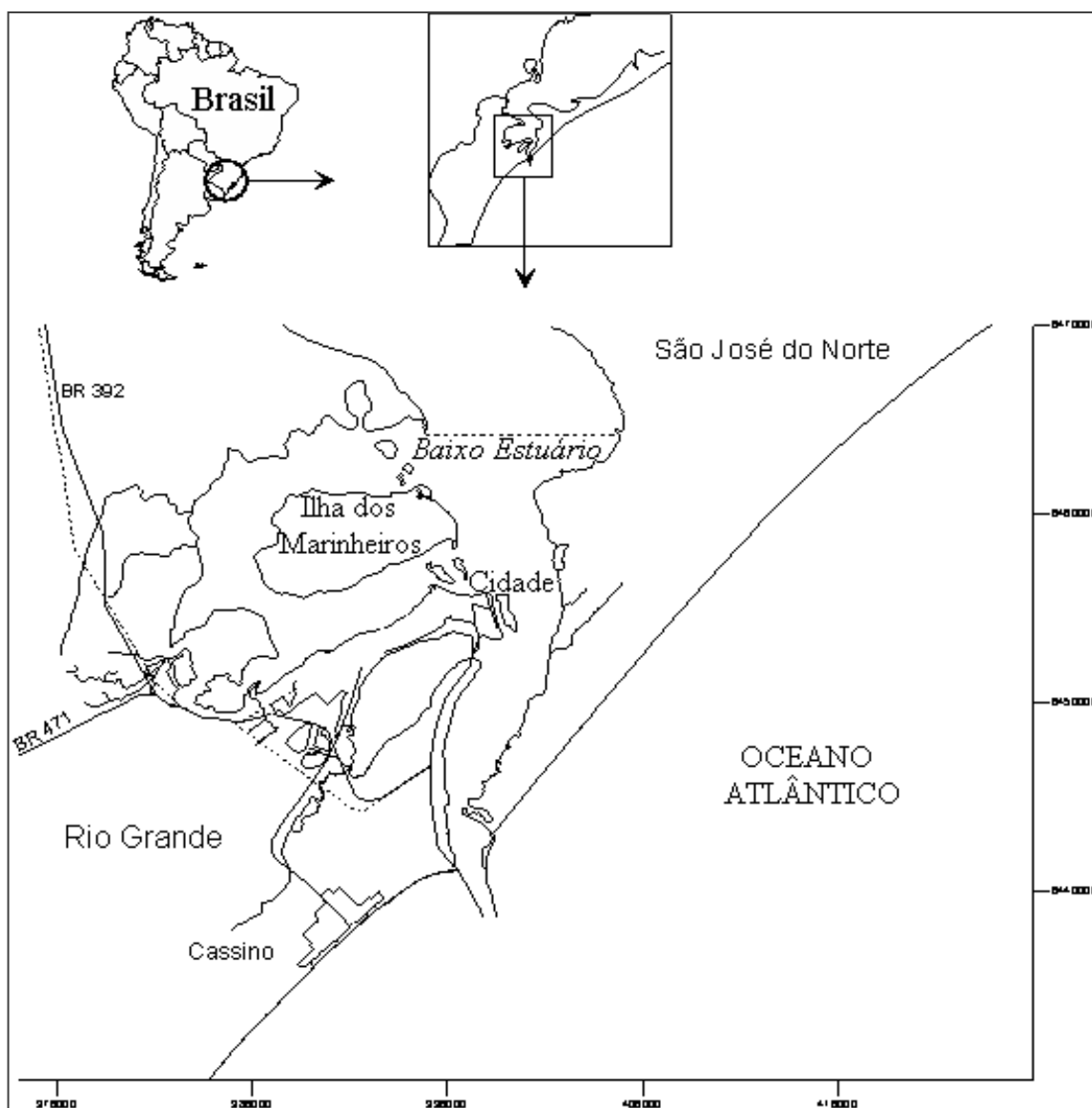


Figura 3: Localização do Balneário Cassino, Rio Grande-RS, Brasil. FONTE: Tagliani, P. R. A. & Asmus, M. L., 2011.

O município de Rio Grande, fundado oficialmente em 19 de fevereiro de 1737 pelo Brigadeiro José da Silva Paes, é o mais antigo do estado. Localiza-se na planície costeira do Rio Grande do Sul ($32^{\circ}02'06''S$ e $52^{\circ}05'56''W$), limita-se ao norte com o município de Pelotas, Capão do Leão, São José do Norte e a Laguna dos

Patos. Ao sul com o município de Santa Vitória do Palmar, ao leste com o Oceano Atlântico e a oeste com os municípios de Pelotas e Arroio Grande e com a Lagoa Mirim. A sede do município fica aproximadamente 313 km da capital do estado do Rio Grande do Sul e é servida pela rodovia asfaltada BR-392 e pela BR-471.

O acesso ao Balneário Cassino se dá pela RS-734 (via estadual) e a Estrada da Barra (via municipal). Recentemente uma estrada alternativa de “chão batido” que liga o bairro à Estrada da Barra, foi asfaltada, este que era um caminho anteriormente feito pela beira da praia.

O Balneário Cassino (32°10'S e 52°20'W), pertencente ao município de Rio Grande – RS é uma área com atividade turística bastante desenvolvida, representando um grande papel na economia do município. Dentre os principais cenários ambientais existentes no local destacam-se as feições eólicas, os cordões litorâneos e as marismas. Desta forma, constituindo o bioma costeiro do sul do país, com uma privilegiada situação ambiental.

4.2.2 Aspectos Físicos

Quanto a Geologia e a Geomorfologia Regional, a Praia do Cassino está localizada na Planície costeira do Rio Grande do Sul, com linha de costa representada pela Barreira IV, de idade holocênica, que corresponde ao mais recente sistema deposicional da planície costeira, desenvolvida durante o último evento de transgressão marinha. (VILLWOCK e TOMAZELLI, 1985, apud OLIVEIRA e CALLIARI, 2006). Segundo Martins et al (2006) as praias oceânicas da região litorânea do Rio Grande do Sul, em seus 620 km de extensão, são submetidas a um regime de micromaré, possuem um declive suave (2°-4°), e são constituídas predominantemente por areias quartzosas finas e bem selecionadas. Nas praias do Cassino e do Mar Grosso são verificados os maiores percentuais de areia muito fina da costa do Rio Grande do Sul, devido à contribuição dos sedimentos provindos da Laguna dos Patos. (OLIVEIRA e CALLIARI, 2006).

Em relação ao Clima, o Rio Grande do Sul está localizado no interior da zona temperada, e pode ser classificado como subtropical úmido, de acordo com a classificação de Strahler. A área de estudo é atingida por dois sistemas meteorológicos, o Anticiclone do Atlântico, que atua com maior força nos meses de

verão, e os anticiclones móveis de origem polar, com maior atuação nos meses de inverno (Sariho, 2002). Estes dois sistemas influenciam a circulação de ventos e de massas de ar na região, sendo predominantes os ventos de NE (mais constantes) e SW (maior intensidade).

As precipitações são bem distribuídas ao longo do ano, com ritmo sazonal uniforme (REBOITA, 2001), apresentando médias anuais em torno de 1200 – 1500 mm. As temperaturas nos verões são quentes com a presença de elevada umidade. No inverno há invasões de ar continental polar, mas dificilmente se registram temperaturas abaixo de 0° (REBOITA, op. Cit.). As médias de temperatura variam entre 20° e 24°C, podendo ocorrer máximas de 40° e 42°C e mínimas abaixo de 0°C.

Quanto aos tipos de Ecossistemas Costeiros, o litoral do Rio Grande do Sul é representado por planícies arenosas quaternárias, que propicia a formação de cordões de dunas. Este se caracteriza pela ocorrência de um sistema laguna/lagoas e áreas de banhados (PNMA, 1995). Segundo Asmus, 1998, os banhados e habitats de águas profundas de diversos tipos caracterizam a planície costeira do extremo sul do Brasil, sendo o complexo lagunar Patos-Mirim a feição dominante.

4.3 Contexto Histórico do Uso e Desenvolvimento do Balneário Cassino

O crescimento industrial gerou mudanças socioeconômicas em todo o mundo. E o aumento da taxa populacional, que acompanhou esse processo, exigiu uma maior desenvoltura do mercado, sendo necessário um maior número de empregos, que movimentou a economia através do consumo.

Com o desenvolvimento da industrialização e da economia, surge também uma mudança nos costumes da população, que passa a exigir novos espaços para o convívio e para o lazer. E uma característica deste momento foi a consolidação da ideia dos banhos frios de mares com fins terapêuticos.

Foi então em meados do século XVIII, que o mar, a salinidade da água, o sol, a brisa e a paisagem marítima, surgiram como uma fuga para o restabelecimento físico e mental das populações mais nobres. É nesse período que aparece na Europa a função balnear, que foi difundida sob os princípios terapêuticos do banho de mar, receitados por médicos para aquelas pessoas que sofriam de algum mal e tinham no ambiente das cidades um lugar insalubre, poluído e mal cheiroso.

A modernidade chegou ao Brasil, entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, baseada no modelo europeu de industrialização, e exerceu influência sobre a elite brasileira. A cultura europeia do país foi enfatizada com a vinda de imigrantes, que trouxeram para cá seus hábitos e costumes. E as estações de banhos já difundidas pela Europa foram, então, adotadas pelos brasileiros.

No Brasil, esta prática surgiu no Rio de Janeiro, depois se expandiu para o Sul e Sudeste e, posteriormente, para todo o litoral brasileiro. No Rio Grande do Sul, surgiram dois polos com estas práticas e costumes, o litoral norte e o litoral sul.

4.3.1 Litoral Norte - RS:

O primeiro município a fazer parte da região foi Santo Antônio da Patrulha, um dos quatro municípios da então Capitania de São Pedro, em 1809. Cabe a Santo Antônio da Patrulha a área que abrange todo o pé da serra, tendo como distritos a Freguesia de Nossa Senhora de Oliveira de Vacaria, a Capela de São Francisco de Paula de Cima da Serra e Lagoa Vermelha, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório) e o Presídio das Torres.

A partir da segunda década do século XIX, tem início a colonização alemã no Rio Grande do Sul. Os primeiros colonos são destinados à região de São Leopoldo e de Torres, chegando a esta região em 1826 (PROFILI, 2005). Nesse mesmo período ocorreram as emancipações dos municípios de Conceição do Arroio (atual Osório), em 1857, e Torres, em 1878. (STROHAECKER, 2006).

Cabe a Cidreira, ainda em meados do século XIX, a primazia quanto à função que se desenvolvera em todo o litoral a partir do século XX: é a primeira localidade a receber veranistas. Até então o litoral não era valorizado devido ao solo arenoso, quase improdutivo; mas após 1860, começaram a vir para Cidreira, em carretas puxadas por bois, os primeiros imigrantes veranistas, ficando estes em casas de palha, com chão de areia batida.

A partir do crescimento urbano de Porto Alegre inicia-se o processo de vocação dos núcleos do litoral para a função de veraneio. Os novos hábitos introduzidos pelos imigrantes europeus, aos poucos introduziram a busca pelo clima salubre do litoral e da serra, bem como o uso terapêutico dos banhos de mar.

Outras praias balneárias foram surgindo nessa região, tal como Capão da Canoa (1900), Tramandaí (1906) e Torres (a antiga estação balneária de 1915). A partir da década de 40, com melhorias nas vias de acesso, surgem as demais praias do litoral norte.

Até a década de 1960, os municípios do Litoral Norte apresentavam um perfil nitidamente rural, enquanto o Estado já apresentava um grau de urbanização considerável. Com a emancipação de Tramandaí em 1965, surge uma nova tendência na região: municípios com perfil de segunda residência, que apresentam uma população predominantemente urbana vinculada às atividades terciárias para o turismo sazonal. (Op. Cit.). Nascendo aí a vocação turística desta região do Rio Grande do Sul.

Ainda segundo a mesma autora, a partir da década de 1980, novos municípios foram emancipados, e assim como Tramandaí, também apresentavam elevado número de domicílios não ocupados. Portanto, este período se caracterizou pelo intenso crescimento demográfico na região do Litoral Norte, com pequenas cidades litorâneas com perfil de segunda residência.

4.3.2 Litoral Sul - RS:

Na cidade de Rio Grande a existência de um porto, favorecia a entrada e saída de mercadorias e imigrantes. Segundo a autora Célia Pereira, que escreveu em seu livro “Memórias de um Balneário: patrimônio edificado do Cassino” que faz referência à história das primeiras 5 décadas do balneário, o século XIX na cidade de Rio Grande era muito promissor para os negócios, o que atraiu muitos comerciantes estrangeiros.

A principal atividade econômica da época era o comércio atacadista que cresceu muito a partir do ano de 1850 e gerou o desenvolvimento do local. Outros investimentos surgiam na cidade naquela época, entre eles, a construção dos molhes da Barra. E também a construção do porto e da Estrada de Ferro Rio Grande – Bagé, que influenciou a prática do turismo.

A vinda de muitos investidores industriais e comerciantes estrangeiros, com grande poder aquisitivo para a cidade, possibilitou a criação de uma estação de banho na cidade, aos moldes das estações europeias. A realidade econômica e

cultural da época foi o fator principal para a concretização deste projeto, que foi um marco da modernidade, desfrutada pela elite.

O empresário Antônio Cândido Sequeira, que teve o apoio de grandes comerciantes, empresários e industriais, entregou ao governador da Província, em 1885, o projeto de um Balneário para o estado. Neste, constava a necessidade de uma extensão da linha ferroviária da cidade até o local, um hotel e uma linha telefônica.

O apoio do governo se deu através da concessão de 3.000 metros de extensão de terras junto à costa do mar para o uso balneário, além de financiamento para a construção da ferrovia. Segundo Salvatori (1989), antes mesmo de sua inauguração, o Balneário de Vila Sequeira já contava com 17 quadras vendidas, sendo que 3 já edificadas e outras 3 ainda em construção. O projeto inicial da Vila estipulava 550 metros, de cada lado de uma avenida (onde corriam os trilhos do trem), para o núcleo central. Paralelas a esta avenida foram abertas 8 ruas, 4 de cada lado, e no sentido transversal foram abertas 18 ruas.

A inauguração do Balneário se deu com a abertura do transporte ferroviário em 20 de janeiro de 1890, mas que foi entregue à população em 26 de janeiro do mesmo ano, e com a inauguração do Hotel Cassino, o atual Hotel Atlântico. O local era oferecido como o Balneário com as melhores instalações do Prata, com as melhores comodidades, opções de lazer (salões de festa, jantar e jogos) e segurança diurna e noturna. A popularidade do local trazia visitantes de várias partes do estado, que vinham atraídos pelos “jogos de azar”, existentes na época.

Existe ainda no litoral sul outro balneário costeiro, a Praia do Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar, porém este foi criado a partir de ocupações sazonais.

Segundo Teixeira (2007) a praia do Hermenegildo foi criada oficialmente em 1969. A ocupação no local iniciou por volta de 1890 através de acampamentos temporários, que passaram a ser substituídos por construções simples sobre a areia da praia. A urbanização deu-se de forma desordenada, intensificando-se a partir das décadas de 1950 e 1960. Atualmente, continua sendo um pequeno balneário com predominância de casas de veraneio e os proprietários são, na sua maioria, moradores de Santa Vitória do Palmar, e poucos turistas uruguaios oriundos de cidades próximas.

4.3.2.1 Consolidação e Expansão do Balneário Cassino

A estação balnear Vila Sequeira foi muito bem aceita pela elite local e por toda aristocracia que passava por ali. Mas a concessionária dos serviços começou a ter dificuldades financeiras, tendo que alienar todos os seus bens. O balneário de tanto sucesso passou, então, a ter um novo proprietário, o Coronel Augusto Cezar Leivas. O novo proprietário administra o balneário até 1926, o ano de sua morte, deixando as suas propriedades para os seus herdeiros.

“A partir desta época, de forma lenta e gradual até a década de 50 e de forma mais intensa a partir da década de 60, o perfil dos veranistas começa a mudar, e as elites das cidades de Rio Grande, Pelotas e campanha gaúcha foram cedendo espaço à classe média” (PINHEIRO, 1999, p.77).

No ano de 1927, proprietários particulares construíram uma estrada de chão, paralela à linha férrea, trajeto até então somente possível pelo trem. E no final da década de 30, a mesma é asfaltada, antes mesmo da rodovia Rio Grande-Pelotas, sendo uma das primeiras rodovias a ser asfaltadas no estado. Segundo Pinheiro, 1999, o asfaltamento foi possível, pois a Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. importou o material necessário para a obra. Com o asfaltamento da via, o acesso ao balneário foi facilitado e no ano de 1939 teve início um novo serviço para o local, uma linha de ônibus.

A partir de agosto de 1941 a dezembro de 1943 o exército tomou conta do hotel e o acesso ao balneário só era possível com autorização. Pois neste momento, por conta da sua posição geográfica estratégica, o balneário era visto como um provável alvo aos países inimigos do Brasil durante a 2ª Guerra Mundial.

No ano de 1946 um decreto presidencial proíbe o jogo e ordena o fechamento dos cassinos em todo o país. Segundo Pinheiro (Op. Cit.) este fato, associado a uma decadência econômica de toda a Região Sul, acarretou ao balneário um período de estagnação. Com dificuldades econômicas, alguns apartamentos do hotel tiveram que ser vendidos, mas não impediu que o todo o hotel fosse vendido. Neste momento inicia-se um grande número de aprovação de loteamentos particulares.

A organização territorial do Balneário Cassino, que até então era administrada por um único proprietário, passa então a ter novos agentes transformadores do

espaço. Outros investidores surgiram com o interesse em implantar novos empreendimentos, seguindo o modelo das estações balneárias.

Em 1954 foi planejado o Loteamento Cidade Balneária da Querência que foi construído pela Companhia Nacional de Melhoramentos e Colonização. O projeto contava com a infraestrutura necessária para um loteamento além de um hotel e as moradias. Este balneário era movimentado, pois contava com um cassino, na década de 60, mesmo com a proibição dos jogos em todo o território nacional. O projeto ainda incluía a construção de um teatro, cinema, mercado e rodoviária, que não foram realizados.

Em 1957 foi aprovado o projeto “Loteamento Cidade Balneária do Cassino” pela Prefeitura Municipal. Nesta fase, novos lotes foram colocados à venda, e aos 152 lotes originais juntaram-se outros 11.188 lotes. Havia uma preocupação em manter a função original do balneário bem como o novo traçado em conformidade com o antigo, então áreas verdes foram preservadas, áreas de recreação foram criadas, bem como foram reservadas áreas para a construção de hotéis, clubes e parques. Este projeto, não abrangia as faixas de marinha, que eram patrimônio do Domínio da União, por tanto, administradas pela prefeitura. A planta planejada neste período vigora até o presente momento.

Outros loteamentos foram criados, inclusive de forma clandestina, e que ao contrário dos já citados, não ofereciam a infraestrutura (água e luz) necessária para moradia. O projeto Stela Maris, a aproximadamente 6 km da avenida principal do Balneário Cassino, até o ano de 1999 Pinheiro (1999), possuía luz através de um gerador e a água, até este momento, era captada por motor à gasolina, atualmente já existe o atendimento da CORSAN. O mesmo proprietário tinha planos para outro loteamento, El Ardur, distante 9 km do primeiro (15 km da avenida principal do Balneário Cassino), porém a construção foi tomada pelo avanço das dunas.

Em 1960 foi aprovado o loteamento Parque Guanabara, mas este foi implantado somente em 1980, sem nenhuma infraestrutura, e os lotes vendidos a baixo custo, tendo os novos proprietários que pressionar o poder público para instalar os serviços de luz e água. O mesmo não ocorreu com o loteamento Parque Cassino, que custeou os serviços de instalação de água e luz, bem como o calçamento de algumas ruas, valorizando assim, os lotes que só começaram a ser vendidos mais tarde, em 1997.

A maioria dos terrenos dos loteamentos aprovados no balneário caracteriza uma prática comum em áreas balneares e em expansão, que é a especulação imobiliária. Segundo Pinheiro (1999, p.88) *“os loteamentos particulares lançados no final da década de 40 até o início da década de 60 constituíram claramente estoques de terra, uma vez que, dos doze loteamentos aprovados somente sete foram implantados”*.

A partir da década de 60, a forma de ocupação do Cassino adquire uma nova característica, pois é quando o espaço passa a ser transformado por grupos excluídos. Neste momento, muitas fábricas na cidade de Rio Grande, que movimentavam a economia local, foram fechadas e muitos operários ficaram desempregados e em situação de pobreza. Como consequência, muitos se mudaram para o Cassino e passaram a trabalhar com a pesca. Outro problema foi a falta de moradia, que foi resolvido quando estes passaram a ocupar ilegalmente as áreas da faixa de marinha. Pode-se dizer que este foi um momento de grande relevância para determinar a nova configuração que o Balneário Cassino passou a adquirir.

As ocupações irregulares estão associadas às facilidades de acesso ao Balneário, permitidas pela rodovia asfaltada, pela linha de transporte coletivo e pela linha de trem (esta que é extinta definitivamente no ano de 1963), estas facilidades acarretaram, também, no aumento da frequência de visitantes ao local. Sendo assim, passam a ter relevância os deslocamentos de fins de semana e feriados, tanto nos períodos de verão, como fora desta temporada.

Com o tempo, aumenta a vinda de pessoas de classe média, e os antigos moradores irregulares das áreas de Domínio da União, foram sendo substituídos pelos novos moradores. Porém, na década de 1970 muitas áreas, tanto no perímetro urbano quanto nas áreas periféricas ao Balneário Cassino, ainda eram pouco ocupadas. E muitas das casas construídas tinham como objetivo a ocupação no período de veraneio, denominadas pela literatura como casas de segunda residência, apesar de ser *“considerado um fenômeno pouco estudado e conhecido, que padece de uma base sólida de reflexões teóricas e estudos empíricos (...)”* (ASSIS, 2003, p.110).

Segundo Souza (2003), foi no ano de 1974 que o município obteve a concessão para administrar as terras do Patrimônio da União. E as casas localizadas nessa região passam a serem administradas pela prefeitura, as

ocupações são, então, regularizadas. E no ano de 1978 foi criado um órgão para tal função, a Autarquia do Balneário Cassino (ABC). A partir da década de 80, novos loteamentos foram criados por este órgão, que correspondem aos antigos lotes clandestinos, que hoje são: os ABCs I, II, III, IV, V, VI e VII.

Mais tarde, em 1987, novos loteamentos foram criados, os ABCs VIII, IX e X, sendo que todos os terrenos foram comercializados. A criação e a regulamentação destes loteamentos nas áreas de marinha proporcionaram à Autarquia a independência financeira da Prefeitura de Rio Grande e a arrecadação com a comercialização foi aplicada no próprio balneário (PINHEIRO, 1999).

Estes recursos foram investidos em melhorias para o local e novos serviços foram oferecidos aos poucos moradores e aos visitantes. Dentre eles: a construção de uma nova rodoviária; na Avenida Atlântica, foi colocado o meio fio, criada uma área de lazer com pista de bicicross; além de equipamentos comunitários como Corpo de Bombeiros, Hospital de Pronto Socorro, um posto de Brigada Militar, uma creche e um calçadão na Rua Eliu Araújo e mais cinco praças (PINHEIRO, op. Cit.).

Ainda na década de 90, o Cassino era tido como um bairro dormitório de Rio Grande, e nos meses entre março a dezembro era notável a presença de estudantes universitários. Em 1989, Salvatori escreveu:

“Hoje, fora da temporada, o Cassino é um bairro-dormitório do Rio Grande, fato que pode ser constatado pelo brusco aumento da população urbana fixa,... pela melhoria dos serviços e equipamentos urbanos e de abastecimento, pelo aumento de fluxo de veículos diários entre a sede e o balneário e pela quase inexistência de uma estrutura de emprego própria” (SALVATORI, 1989, p.46).

A cada ano aumenta o número de residentes fixos no Balneário (tabela 2), e em 2000 a população chegava a 8.549 habitantes (IBGE, 2000). Dados mais atuais, mostram valores maiores para a população local, mas os dados do último censo do IBGE, apurados em 2010, ainda não foram processados na sua totalidade, mas mesmo sim apontam para um número bem inferior ao de 30.000 habitantes. estimado pela Secretaria Especial do Cassino, a qual é baseada no número de ligações de energia elétrica.

Tabela 2: Cálculo da população do Balneário Cassino de 1980 a 2010.

POPULAÇÃO	1980	1991	2000	2010*
Urbana	3.469	5.256	8.549	15.493
Rural	916	X	X	X
TOTAL	4.385	5.256	8.549	15.493

* dados publicados preliminarmente.

Fonte: Censos IBGE, organizado por SOUZA (2003), adaptado pela autora.

Quanto à população flutuante, atualmente, o Balneário tem grande movimento de visitantes na temporada de verão, quando a população chega a aproximadamente 200.000 visitantes (SEC) vindos de diversas partes do estado, do país e também de países vizinhos como a Argentina e o Uruguai.

Segundo Sarilho (2003), antes a população local era caracterizada por aposentados e estudantes universitários, mas hoje a preferência atinge, também, a comunidade economicamente ativa. Muitos, anteriormente, tinham no Balneário a sua casa de segunda residência, e passaram a morar no local como consequência de não poder mais sustentar duas residências ou porque afirmam preferir a possibilidade de uma vida mais tranquila e sem maiores preocupações, que um bairro mais urbanizado pode oferecer. Abaixo, o quadro 2, representa as informações expostas neste tópico, de uma forma mais sintética:

PROCESSOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO DO BALNEÁRIO CASSINO		
Período	Função/Atividade	Características
1890 - 1929	Estação balnear para elite	Chalés familiares, hotel com atividades de lazer.
1930 - 1940	Primeiras manifestações operárias	Asfaltamento da rodovia Rio Grande-Cassino, primeira linha de ônibus.
1941 - 1943	Administração do exército	Acesso ao balneário somente com autorização por causa da 2ª Guerra Mundial.
Década de 1940	Estagnação do balneário	Decadência econômica da Região Sul e proibição e fechamento de cassinos em todo o país, diminuição no número de visitantes.
1949 - 1961	Criação de novos loteamentos	Loteamentos particulares constituídos para estoques de terra, pois dos 12 loteamentos aprovados somente 7 foram implantados.
Década de 1960	Ocupações irregulares	Classe operária, desempregada, passa a ocupar ilegalmente as áreas da faixa de marinha.
Década 1970 - 1980	Segundas residências (moradias de veraneio)	A área urbana do balneário, bem como a sua área periférica era pouco ocupada.
A partir da década de 1990	Bairro-dormitório	A cada ano aumenta o número de moradores fixos, porém não existe uma estrutura de emprego própria.

Quadro 2: Desenvolvimento do Balneário Cassino.

4.4 Contexto Atual

O Balneário Cassino foi expandido horizontalmente, e teve o seu processo de expansão urbana baseado no sistema de especulação imobiliária, que foi estimulado pelas atividades de veraneio e turismo, principais formas de uso, consolidados desde a sua fundação.

No período da sua implantação os estabelecimentos existentes visavam receber veranistas da elite das cidades da região, tendo seu perfil de uso descaracterizado após a década de 1940 com a proibição dos cassinos em todo o território nacional. Outro fator, que afetou negativamente a atividade turística e a diminuição dos visitantes de alto padrão foi o declínio econômico que afetou o Rio Grande do Sul e em especial a Zona Sul do estado a partir da década de 1960.

A partir deste momento novos loteamentos foram criados e novos agentes transformadores do espaço foram surgindo. É neste período que o Balneário Cassino adquire uma nova configuração com o aumento da população residente, em geral de baixa renda, e novas formas de uso.

Analisando a organização territorial do Balneário Cassino, podemos dizer que o uso do solo foi o elemento referencial para o processo de expansão e ocupação do local, e de grande influência para a urbanização e para o entendimento da dinâmica territorial.

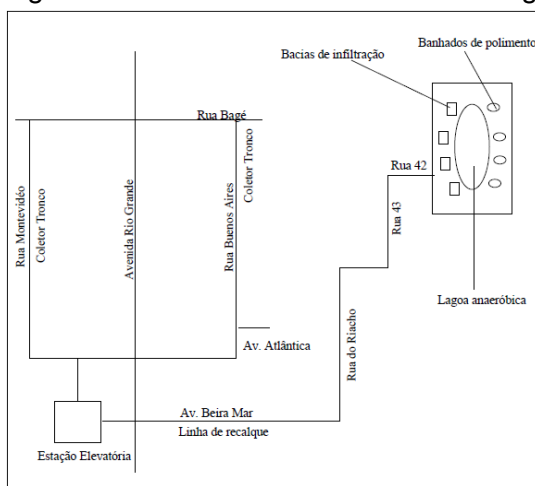
A organização territorial no Cassino foi estabelecida, e atualmente apresenta um perfil urbano permanente, com base na ocupação e expansão local. Mas também foi influenciada pela utilização do balneário para fins de segunda residência e para atividade turística. A característica de ser um bairro dormitório de Rio Grande ainda é evidente, uma vez que ainda inexistente uma estrutura de emprego própria no Cassino.

Atualmente existe uma tendência de expansão urbana, com a abertura de novas vias de acesso e trânsito interno, juntamente com um aumento na ocupação desordenada. Segundo o Projeto Orla do município de Rio Grande algumas áreas devem ser destinadas à preservação ambiental, mas a pouca fiscalização não tem conseguido protegê-las conforme a legislação, e esta é uma tendência que também deve prosseguir (PMRG, 2005).

Uma característica do balneário é a ocupação como segunda residência que deve ocupar o segundo plano, uma vez que a residência fixa assumiu preponderância. Esse crescimento deve ultrapassar muito a expansão do sistema de esgoto, impactando drasticamente a qualidade da água dos arroios locais, do lençol freático e da praia oceânica (Op. Cit.).

Romero (2002), Souza (2003) e Sarilho (2003) em seus trabalhos, já apontavam que a maior deficiência do Balneário Cassino era a falta de um sistema de esgoto que abrangesse todo o seu território. No ano de 2002, foi construída a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Cassino (figura 4a), mas esta abrange somente a área central do bairro com o sistema de recolhimento de esgoto (figura 4b).

Figuras 4a e 4b: Planta e área de abrangência da rede de esgoto do Cassino.



Fonte: Site da ANTAQ.



Fonte: dados da CORSAN, 2007.

O que acarreta grandes prejuízos ambientais com consequências que atingem o setor turístico. As residências que não contam com fossas sépticas, despejam os seus resíduos domésticos diretamente em valetas que se juntam aos sangradouros que deságuam na praia. Para o setor turístico este fato representa um grande problema, afetando a balneabilidade (tabela 3) das águas do mar.

Tabela 3: Balneabilidade da Praia do Cassino de 2004 a 2011.

Ponto Amostra	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11
Querência	☺	Imprópria	☺	☺	☺	☺	☺
200m à direita da Rua Júlio de Castilhos	☺	Imprópria	☺	☺	☺	☺	☺
Em frente à Rua Buenos Aires	☺	Imprópria	☺	☺	Imprópria	☺	☺
300m à esquerda da Rua do Riacho	☺	☺	☺	☺	Imprópria	☺	☺
Em frente ao Terminal Turístico	☺	Imprópria	☺	☺	☺	☺	☺
Aproximadamente 500m ao Sul dos Molhes	☺	☺	☺	☺	☺	☺	☺

Fonte: Site da FEPAM.

Em relação à estrutura do tráfego dentro do Balneário, pode-se dizer que somente as ruas principais são asfaltadas ou calçadas, sendo a maioria das vias compostas por ruas de terra. No trabalho de Sarilho (2003) é apresentado o projeto de construção de um anel viário pavimentado para melhorar as condições de

circulação dentro do balneário. Atualmente o projeto ainda não está concluído, apenas abrange as ruas Júlio de Castilhos, uma parte da Rua São Leopoldo e a Avenida Atlântica. Do projeto inicial, ainda falta o calçamento na outra parte da Rua São Leopoldo e toda a Rua Arroio Grande (figura 5).

Outras ruas do balneário estão sendo calçadas, porém as mesmas estão localizadas próximas à região central. Muitos moradores das regiões periféricas do balneário ainda reclamam da situação das ruas. Relatam que nos dias de muita chuva não conseguem sair de suas casas, devido ao alagamento das vias, e também no verão, quando as ruas acumulam muita areia impossibilitando o trânsito de veículos.

Figura 5: Demarcação das ruas do anel viário no Cassino.



Fonte: Mapa do Google, adaptado pelo autor.

Quanto a novas melhorias, atualmente a principal delas é em relação aos meios de acesso rodoviário com a duplicação da rodovia ERS – 734, uma obra realizada pelo governo estadual. Na concentração de investimentos do setor privado destacam-se serviços gerais e especializados, lojas, serviços de saúde, e equipamentos de lazer e recreação.

A atividade turística é constatada pelo grande número de visitantes, aproximadamente 150.000 entre turistas e veranistas, na alta temporada, que no Balneário Cassino, estende-se pelos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e meados de março.

A boa fase do turismo termina junto com o período das férias de verão, quando o movimento diminui, permanecendo no Balneário os 30.000 moradores locais (SEC, 2010), e como consequência termina também a boa fase dos comércios permanentes. Segundo conversas informais com funcionários de alguns hotéis, a baixa temporada, que corresponde aos demais meses do ano, é caracterizada por hospedar visitantes com fins de trabalho, que muitas vezes não têm a oportunidade de desfrutar dos serviços turísticos oferecidos. Também foi mencionada a presença de visitantes que se hospedam no Balneário por estarem participando de algum evento na cidade.

No que diz respeito à gestão, o Balneário Cassino possui autonomia desde o ano de 1978 quando foi criada a Autarquia do Balneário Cassino, o órgão executivo encarregado de administrar uma área delimitada do município do Rio Grande com atribuições específicas de atuação na sua área de competência. No ano de 2003 o então prefeito da cidade de Rio Grande, sob a lei de número 5.830, de 25 de novembro, cria a Secretaria Especial do Cassino. Este órgão passa, então, a ter competência para implantar programas e projetos para o desenvolvimento urbano, apoiar eventos e ações turísticas e de preservação ambiental, manter os serviços públicos de limpeza e iluminação e também da orla marítima, ordenar o comércio ambulante e temporário, entre outros (LEI nº 5.830 de 25 de Nov/2003).

Eventualmente são realizadas reuniões entre os gestores municipais e a comunidade, com o objetivo de avaliar o desempenho das unidades e discutir os problemas do local.

Dentre as suas funções, as principais dificuldades encontradas pela SEC, diz respeito à manutenção dos serviços urbanos, tais como, corte de gramas do balneário, coleta do lixo, manutenção e calçamento das ruas, sinalização das ruas e questões relacionadas ao posto de saúde do balneário (JORNA AGORA, novembro de 2009).

Atualmente, a cidade de Rio Grande apresenta um processo de dinamização possibilitado pelos diversos investimentos do Polo Naval, que tem como

consequência investimentos em várias áreas da cidade, inclusive no Balneário Cassino.

Além de um novo processo de ocupação e expansão urbana, causados por uma nova onda de moradores, esta dinamização deve acarretar consequências negativas para o balneário. E um grande problema que deverá ser enfrentado é a questão da proximidade ao Distrito Industrial do Rio Grande, que está em ampla ascensão e com os investimentos no porto, um grande impacto visual surgirá na paisagem do Balneário Cassino, por não existirem barreiras físicas entre as duas localidades. Além da poluição visual, outra consequência, talvez mais importante e mais preocupante do que a primeira, é o aumento da poluição atmosférica. Estes fatores associados podem acarretar em um processo de desvalorização da atividade turística, e também imobiliária.

Outros fatores que devem configurar como entraves ao desenvolvimento do turismo no Balneário Cassino são: a carência de infraestrutura, a poluição hídrica, sonora e visual, a violência urbana, congestionamentos (sazonais), entre outros.

Segundo o documento do Estado do Rio Grande do Sul, sobre o desenvolvimento e consolidação do Polo Naval e Offshore de Rio Grande (2009), tais transformações comprometem a qualidade de vida da população, e constituem as externalidades inerentes ao processo de desenvolvimento, por isso devem ser enfrentadas com serenidade, planejamento e ação criteriosa na busca da sustentabilidade. Afirma ainda que, *“a desconsideração dos custos socioambientais do desenvolvimento econômico esgota as possibilidades de escolha das gerações futuras, que irão arcar com o ônus de nossa irresponsabilidade, desconhecimento ou má gestão”* (Op. Cit., p. 335).

As vocações e potencialidades da região estão associadas às características físicas, ambientais, econômicas e culturais. E devem ser pensadas com a participação de todos os atores locais envolvidos. Portanto, o planejamento e a gestão territorial do Balneário Cassino, que remete a condição de espaço vivido, exigem ações integradas entre o setor público e a sociedade civil organizada, e desta forma colaborar com o seu crescimento e desenvolvimento.

4.5 Resultados das entrevistas

Existem vários fatores que podem influenciar favorável ou desfavoravelmente o desenvolvimento de uma atividade econômica. Para o setor turístico, os principais fatores são: o meio ambiente, os acessos, os serviços oferecidos, a administração e a comunidade.

Abaixo, é apresentado o resultado da pesquisa realizada com os moradores, turistas e comerciantes do Balneário Cassino, Rio Grande - RS. Os valores (%) são apresentados com relação à totalidade de entrevistados (60 questionários). Apesar de serem apresentados três tipos de questionários, todas as questões a seguir apresentadas são comuns aos diferentes tipos. Deste modo, não foi realizada uma caracterização entre as diferentes opiniões dos grupos, uma vez que, o trabalho sugere a participação integrada e inter-relacional dos envolvidos com o setor turístico no processo de gestão e planejamento do local, e por se estabelecer que a opinião de cada ator, tem a mesma importância neste processo.

Alguns entrevistados, em alguns quesitos, não necessariamente o mesmo, não se sentiam capacitados ou não tinham uma opinião a respeito de tal característica, e optaram por não avaliá-la. Poucos foram estes casos, chegando a um número de, aproximadamente, 2,36%. Abaixo, os resultados:

1. Atratividade (%)

1. Atratividade geral	Ótimo	Médio	Ruim
Beleza do Cenário	40	55	3,3
Diversidade de Recursos como Objeto de Atração Turística	13,3	55	30
Singularidade	25	55	11,7
Originalidade e Equilíbrio da Paisagem	30	60	6,7
Diversidade e Alternativas de Oportunidades de Lazer	11,7	56,7	28,3
Limpeza do Meio Ambiente (Ar, Água e Solo).	6,7	63,3	28,3

2. Atratividade da praia	Ótimo	Médio	Ruim
Beleza da Praia	63,3	26,7	6,7
Tipo de Areia	58,3	35	5
Largura e Comprimento da Praia	91,7	3,3	0
Variedade de Atividades	16,7	58,3	23,3
Conforto	21,7	61,7	13,3

2. Meio Ambiente (%)

3. Situação Ambiental	Ótimo	Médio	Ruim
Densidade Populacional	25	63,3	6,7
Impacto Ecológico	6,7	70	20
Recursos Naturais	28,3	58,3	6,7
Riscos Naturais	5	81,7	6,7
Pragas, Incômodos (Mosquitos, Moscas, Cachorros, etc.)	0	25	73,3

4. Condições Climáticas	Ótimo	Médio	Ruim
Chuvas	13,3	61,7	20
Temperatura	28,3	58,3	10
Vento	1,7	35	60
Umidade	5	56,67	35
Frequência de Tempestades (Frentes Frias)	6,7	66,7	23,3

5. Infraestrutura	Ótimo	Médio	Ruim
Condições da Malha Rodoviária (Ruas, Avenidas, Estradas).	1,7	38,3	58,3
Sistema de Transportes Coletivos (Frequência, Rodoviária, Qualidade, etc.).	10	41,7	46,7
Qualidade da Água, Capacidade de Suprimento (Estoque).	10	71,7	15
Esgotamento Sanitário	0	21,7	76,7
Lixo (Lixeiras, Recolhimento de Lixo).	15	45	36,7
Instituições de apoio (Hotéis, Bancos, Postos de Saúde, Restaurantes, etc.).	11,7	65	21,7
Segurança Pública	8,3	55	35

3. O Balneário (%)

6. Administração	Ótimo	Médio	Ruim
Qualidade dos Serviços	1,7	60	35
Capacidade de Expressão /Comunicação (Língua)	10	48,3	36,7
Facilidades de Serviços e Manutenção	0	50	46,7
Planejamento e Mitigação dos Impactos Ambientais	0	68,3	28,3
Participação Local	6,7	51,7	38,3

7. Informações	Ótimo	Médio	Ruim
Guias	1,7	51,67	45
Informações sobre Passeios Oferecidos	3,3	40	55
Informações Prestadas aos Turistas	8,3	45	45

8. Impactos sobre o patrimônio cultural	Ótimo	Médio	Ruim
Étnicos	8,3	65	18,3
Sítios Históricos	8,3	56,7	26,7
Crenças e Religiões	16,7	56,7	18,3
Costumes, Tradições e Solidariedade.	18,3	53,3	20

9. Efeitos sobre a Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim
Posição da Comunidade	6,7	83,3	18,3
Educação	10	65	16,7
Nível de Participação (Ativo Passivo)	8,3	53,3	30
Uso local de sítios turísticos	5	48,3	38,3

10. Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim
Hospitalidade	28,3	55	10
Informações sobre o Local	23,3	45	26,7
Educação e Conscientização das Pessoas	6,7	53,3	35
Mão de Obra Qualificada para o Serviço Turístico	1,7	48,3	41,7

Tabela 4: Resultados da avaliação do setor turístico do Balneário Cassino, na visão dos atores envolvidos.

Fazendo uma análise mais ampla, sem especificar cada característica, mostrando o percentual geral de cada indicador (grupo de características), podemos identificar os principais temas a serem melhorados e discutidos na gestão e

planejamento da atividade em questão. A tabela 5 mostra estes resultados, e aponta, então, as principais questões que servem como referência ao subsídio para a agenda de planejamento.

Os cálculos foram feitos da seguinte forma: se todos os entrevistados respondessem “ótimo” para todas as características, a avaliação dos itens indicadores seria “ótimo”, com 100% das respostas. Observando os dados obtidos com os questionários, e que cada item indicador possui um número diferente de características, aplicou-se, então, uma regra de três para chegar-se ao resultado para cada indicador.

Por exemplo: o indicador “Atratividade Geral” continha seis (6) características a serem avaliadas. Se todos os entrevistados (60 pessoas) avaliassem todas as características como “ótimo”, a avaliação do item (indicador) “Atratividade Geral” seria 100% (ótimo). Então, somaram-se todas as respostas “ótimo” de todas as características deste item, e aplicou-se a regra de três.

Por tanto, 60 respostas multiplicado por 6 (número de características) é igual a 360, que representa 100%. Para este caso, 76 entrevistados avaliaram alguma característica, como “ótima”, 206 como “médio” e 65 como “ruim”. Então, a avaliação do item “Atratividade Geral” foi de “ótimo” (21,1%), “médio” (57,2%) e “ruim” (18%).

Este mesmo cálculo foi feito para os demais itens indicadores, e a tabela abaixo (tabela 5), mostra os resultados (em %) para cada um deles.

	Ótimo	Médio	Ruim
1. Atratividade Geral	21,1%	57,2%	18%
2. Atratividade da Praia	50,3%	37%	9,6%
3. Situação Ambiental	13%	59,6%	22,6%
4. Condições Climáticas	11%	55,6%	29,6%
5. Infraestrutura	8,1%	48,3%	41,42%
6. Administração	3,6%	55,6%	37%
7. Informações	4,4%	45,5%	48,3%
8. Impactos sobre o Patrimônio Cultural	12,9%	57,9%	20,8%
9. Efeitos sobre a Comunidade Local	7,5%	58,3%	25,8%
10. Comunidade Local (hospitalidade, informações, educação, qualificação mão de obra).	15%	50,4%	28,3%

Tabela 5: Resultados da avaliação do sistema turístico do Balneário Cassino, por item indicador.

Estes dados (tabela 4 e tabela 5) evidenciam os temas que devem receber maior atenção por parte dos gestores. Lembrando que, é de extrema importância que a comunidade se envolva com a tomada de decisões local, uma vez que, esta pode, e deve trabalhar como um agente fiscalizador.

De acordo com a opinião dos entrevistados, o Balneário foi avaliado como “médio”, ou seja, não estão satisfeitos com o desenvolvimento da atividade turística no local. Dos dez itens indicadores, somente um obteve a avaliação “Ótimo”, que foi a “Atratividade da Praia”. Mas ao mesmo tempo, também, somente, um obteve a avaliação “Ruim”, que foi o item sobre “Informações”.

O primeiro tema a ser avaliado foi a Atratividade Geral, neste item foram questionadas condições como Beleza do Cenário (figura 6 e figura 7), Diversidade de Recursos como Objeto de Atração Turística, Singularidade, Originalidade e Equilíbrio da Paisagem, Diversidade e Alternativas de Oportunidades de Lazer, e Limpeza do Meio Ambiente. Todas as características foram avaliadas como “médio”, mas deve-se destacar que, no caso da “Beleza do Cenário” há uma proximidade entre os valores das avaliações “ótimo” (40%) e “médio” (55%). Mostrando que esta característica, que é natural do local, não deve ser considerada como um aspecto com influência negativa para a atividade turística, pelo contrário, deve ser considerada como um fator motivador e por tanto, buscar a sua melhoria. Quanto às demais características desse conjunto, estas devem receber uma maior atenção da população e autoridades locais, destacando as obrigações dos gestores, mas também a responsabilidade da população com a manutenção destas.

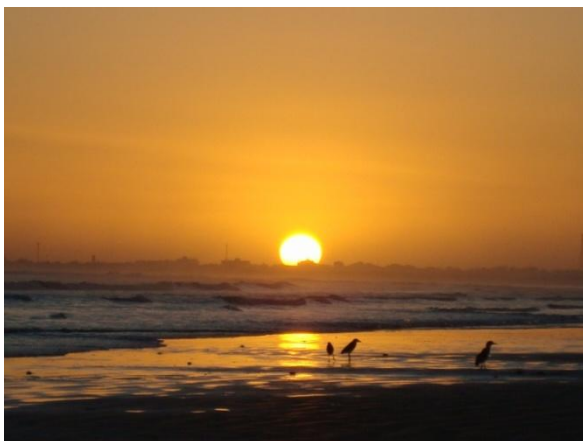


Figura 6: Pôr do sol na praia do Cassino.



Figura 7: Praia ao sul do Balneário Cassino.

As próximas questões dizem respeito à Atratividade da Praia, e buscava avaliar a qualidade de características como: Beleza da Praia, Tipo de Areia, Largura e Comprimento da Praia, Variedade de Atividades e o Conforto. Neste conjunto de características, deve-se destacar que a “Largura e Comprimento da Praia” (figura 8) foram avaliados como “ótimo” por 91,7% dos entrevistados. Outros dois itens obtiveram a mesma avaliação, a “Beleza da Praia” e o “Tipo de Areia”. Este resultado mostra que, a praia é considerada/avaliada como um elemento importante para o balneário, sendo um dos principais fatores motivador da atividade turística do local. Ainda se tratando do mesmo conjunto de informações, a “Variedade de Atividades”, foi classificada como “médio” por 58,3% das pessoas. Alguns entrevistados comentaram a falta de elementos que incentivassem a prática de esportes a beira mar, e sugeriram a instalação de quadras específicas para jogos, por exemplo. Outra questão importante a ser considerada é quanto ao “Conforto”, também avaliada como “médio” (61,7%). Quanto a esta característica, pode-se atribuir este resultado a possibilidade de ir de carro até a beira da praia, pois ao mesmo tempo em que facilita o deslocamento, é, muitas vezes, mal vista por conta dos congestionamentos (figura 9) e da falta de respeito dos motoristas com os banhistas.



Figura 8: Largura e comprimento da praia.



Figura 9: Congestionamento na praia.

O Meio Ambiente é um elemento muito importante a ser considerado, uma vez que determina a qualidade de vida da população, e interfere diretamente no desenvolvimento da atividade turística. A Situação Ambiental no balneário, de

maneira geral, foi considerada como “médio”. A esta questão, estavam relacionadas as seguintes características: Densidade Populacional, Impactos Ecológicos, Recursos Naturais, Riscos Naturais, e Pragas e Incômodos. Somente esta última foi avaliada como “ruim”, porém por 73,3% dos entrevistados, revelando aí uma influência negativa para o turismo local. A característica “Pragas e Incômodos” referia-se a presença de animais e insetos, por exemplo, na beira da praia (figura 10) ou pelo balneário, que podem, dependendo de suas condições, transmitir doenças aos frequentadores do balneário.



Figura 10: Presença de animais na beira da praia.

O tema Condições Climáticas recebeu avaliação “médio” em características como Chuvas, Temperatura, Umidade, e Frequência de Tempestades. Este resultado pode ser atribuído à localização do balneário no extremo sul do país, e a forte influência que sofre de frentes frias vindas do polo sul, que muitas vezes interferem nas condições climáticas típicas do verão, ocasionando chuvas acima da média, e baixas temperaturas. Mas, desse conjunto, deve-se destacar o resultado da avaliação do “Vento”, que foi considerada como “ruim” por 60% das pessoas, uma vez que a presença do vento é constante no balneário, com predominância dos ventos de NE, e também havendo a ocorrência de ventos de SW, que são mais intensos.

As próximas características avaliadas são sobre a Infraestrutura do local, e estão associadas às necessidades básicas de uma população. Este foi o tema que apresentou o maior número de características com avaliação “ruim”. A primeira diz respeito as “Condições da Malha Rodoviária”, que incluía ruas, avenidas e estradas, e foi considerada como “ruim” por 58,3% dos entrevistados. As maiores reclamações foram relacionadas à demora e às condições que a duplicação da ERS 734 está sendo feita, obrigando os usuários a conviver com situações perigosas tanto para os motoristas, pois seguidamente é feito um novo desvio e nem sempre com uma sinalização adequada, quanto para os pedestres e moradores do entorno. Também é frequente, nas respostas dos entrevistados, reclamações quanto à falta de manutenção das vias internas, que em sua maioria não são calçadas. No que diz respeito ao “Sistema de Transporte Coletivo”, 46,7% das pessoas avaliaram este serviço como “ruim”. São comuns, principalmente no período do verão, grandes filas de pessoas a espera de ônibus para voltarem para suas casas (figura 11). Tendo como fator agravante deste problema as condições do terminal de espera, que além de não oferecer conforto (como abrigo contra sol e chuva) não garantem a segurança dos usuários.



Figura 11: Filas a espera de ônibus no terminal rodoviário do Cassino.

Ainda quanto à Infraestrutura, os atores entrevistados foram questionados sobre a “Qualidade da Água e a Capacidade de Suprimento”, a esta característica

71,7% das pessoas atribuiu avaliação “médio”. Os respondentes afirmam que o abastecimento é bom, porém relatam que nos períodos de veraneio, quando a população pode ficar até 5 vezes maior que a população local, ocorrem falhas nesse serviço. Outro serviço julgado pelos atores locais foi o “Esgotamento Sanitário”, considerado “ruim” por 76,7% das pessoas. Este serviço somente é oferecido em algumas ruas da área central do balneário, e ainda assim, não são todas as casas, que possuem ligação com a rede de esgoto. As casas das demais áreas do balneário devem contar com fossas sépticas, com filtros apropriados, para eliminar os resíduos domésticos. Porém, quando não instaladas adequadamente, ou na sua ausência, acarretam efeitos negativos para o ambiente. Também é comum encontrar canos que deságuam resíduos domésticos nas valas a céu aberto, que servem para o escoamento pluvial. Estas valas (figura 12), também são apontadas como um problema, pois muitas vezes, por conta da falta de manutenção, tanto por parte dos gestores quanto por parte da população, ficam cheias de lixo tendo como consequência o seu transbordamento e o alagamento de ruas em dias de chuva, além de favorecer o aparecimento de insetos e animais.



Figura 12a: Acúmulo de lixo nas valas.



Figura 12 b: Falta de manutenção.

Os serviços referentes ao “Lixo” tais como recolhimento, disponibilidade de lixeiras, entre outros, foram julgados como “médio”, uma vez que a coleta é efetuada durante toda a semana, exceto aos domingos. Porém, não é difícil encontrar lixos espalhados pelas ruas do balneário (figura 13), e até mesmo nas dunas (figura 14) e ao longo da praia (figura 15). Este tipo de serviço poderia ter melhores resultados se a comunidade tivesse consciência da sua responsabilidade com a manutenção da limpeza das ruas.



Figura 13: Diversos tipos de lixos espalhados pelas ruas do balneário.



Figura 14: Lixo nas dunas.



Figura 15: Lixo na beira da praia.

Quanto as “Instituições de Apoio” tais como hotéis, bancos, posto de saúde, restaurantes, entre outros, os entrevistados julgaram como “médio”. Considerando que o balneário atende a demanda dos moradores e os visitantes durante a baixa temporada, mas que nos meses de verão, quando a demanda aumenta muito, estes serviços ficam saturados causando incômodos a todos os envolvidos com a atividade turística. São comuns filas nos supermercados (figura 16), em farmácias, no posto de saúde, etc.



Figura 16: Filas no supermercado.

O último serviço ligado a Infraestrutura julgado foi a “Segurança Pública”, que foi considerado “médio” por 55% dos respondentes. Com a chegada do veraneio, e o aumento da população flutuante, se faz necessário o aumento do contingente policial, uma vez que os casos de assaltos, roubos e invasões, entre outros delitos, se tornam mais frequentes. No Balneário Cassino, esta necessidade é atendida por policiais da Operação Golfinho (que também atende outras praias), que remaneja o contingente de outras cidades para garantir a segurança dos locais com maior concentração populacional, uma vez que em período de férias muitas pessoas se deslocam em direção as praias.

Seguindo as características do Protocolo de Avaliação, o próximo tema avaliado foi quanto a Administração do balneário, que foi julgada como “médio”. Os atores locais foram questionados quanto a Qualidade dos Serviços, a Capacidade

de Comunicação, com a comunidade, Facilidades de Serviços e Manutenção, Planejamento e Mitigação de Impactos Ambientais, e a Participação Local, na gestão. Dentre estas características destaca-se a proximidade entre as avaliações “médio” e “ruim” do item “Capacidade de Comunicação” e do item “Facilidades de Serviços e Manutenção”. Mostrando que, para os entrevistados, há uma deficiência na transparência das decisões dos gestores, e pouca articulação entre o órgão gestor e a comunidade. E a insatisfação com os serviços de responsabilidade da administração do balneário, e com a sua manutenção, foi revelada no item “Facilidades de Serviços e Manutenção” que foi considerado como “médio” por 50% dos respondentes, e como “ruim” por 46,7%. A característica “Participação Local” foi avaliada como “médio” por 51,7% das pessoas, mas também foi julgada como “ruim” por um número representativo de entrevistados (38,3% das pessoas).

Um elemento importante para o turismo é a capacidade do local de informar seus visitantes. A prestação de informações turísticas deve incluir tanto questões gerais do balneário e do município, quanto àquelas especificamente turísticas (serviços oferecidos). A esse respeito, os atores locais avaliaram o balneário como “ruim”. Nesse item foram avaliadas questões como o serviço de Guias, as Informações sobre Passeios Oferecidos, e as Informações Prestadas aos Turistas. Estes serviços devem garantir que os visitantes conheçam não só as principais atrações e pontos turísticos, mas deve relacionar estas informações com os momentos históricos em que ocorreram, além de incentivar passeios em outras áreas da cidade através de roteiros turísticos guiados, buscando, também, valorizar os diferentes ambientes locais. Pensando no desenvolvimento da atividade turística, também é fundamental a capacitação dos profissionais envolvidos com o turismo.

Outro fator considerado pelo Protocolo de Avaliação é relacionado ao Patrimônio Cultural, sendo os “Impactos sobre o Patrimônio Cultural” o próximo tema analisado. De modo geral, as características deste conjunto foram avaliadas como “médio”. Estas não podem ser esquecidas, uma vez que é um elemento importante para a paisagem que compõe o ambiente local, e que para a atividade turística, especialmente no Balneário Cassino onde o turismo é consolidado pela existência da praia, o patrimônio cultural pode se transformar em um atrativo diferencial. O Cassino oferece aos visitantes a oportunidade de conhecer um pouco de sua história através do seu patrimônio sociocultural representado pelos antigos casarões (figuras 17 e figura 18) construídos no início da formação do balneário. Muitos foram

destruídos (figura 19) e deram lugar a novas construções para fins comerciais (figura 20 e figura 21), seguindo a lógica do desenvolvimento urbano em prol do progresso. Dos casarões ainda existentes, no balneário e em outras partes do município, poucos são protegidos por leis que visam à conservação deste patrimônio. E a destruição de sítios históricos, que interfiram ou não no modo de vida tradicional ou nas relações socioculturais de uma comunidade, acarretam perdas à memória cultural local. A existência de impactos negativos causados aos bens culturais possibilita o risco da perda do direito, da coletividade, de conhecer e desfrutar integralmente, o seu patrimônio cultural.



Figura 17: Antigo Chalet da Família Leivas.



Figura 18: Antigo Chalet do balneário.



Figura 19a: Antigo Chalet destruído.



Figura 19b: O mesmo local atualmente.



Figura 20a: Casa datada do início do balneário.



Figura 20b: Prédio residencial e comercial.



Figura 21a: Antigo Chalet Villa Francisca.



Figura 21b: Exercendo função comercial.

Quanto aos Efeitos sobre a Comunidade Local, estes foram avaliados como “médio” em todas as variáveis apontadas. Neste conjunto, foram analisadas questões relacionadas aos efeitos do turismo, e como os entrevistados julgavam a influência da vinda de pessoas de outras localidades, como, por exemplo, a influência na segurança local, nos hábitos de consumo, entre outros. Também foram questionados quanto ao comportamento dos turistas e visitantes com os moradores locais, bem como o comportamento dos moradores com os visitantes. Além de identificar o ponto de vista dos entrevistados em relação ao interesse da comunidade em vivenciar e participar do desenvolvimento do turismo.

O último item avaliado foi quanto a Comunidade Local, mais especificamente, como ela se comporta em relação aos efeitos do turismo. Neste conjunto todas as variáveis foram julgadas como “médio”, e diziam respeito à Hospitalidade, Informações sobre o Local, Educação e Conscientização das Pessoas, e à Mão de

Obra para o Serviço Turístico. Este resultado pode significar que mesmo, muitas vezes, se sentindo incomodados com o aumento populacional, e com a saturação dos serviços, nos meses de veraneio, ocasionado pela presença dos turistas e visitantes, a comunidade local acredita nos efeitos benéficos que esta atividade traz para o balneário, principalmente econômicos.

Após verificar a qualidade das variáveis de acordo com a visão dos atores locais, a próxima etapa foi identificar as Fraquezas e as Forças, e examinar as Oportunidades e as Ameaças do turismo no Balneário Cassino, através da Análise SWOT (Quadro 3).

Esta etapa do trabalho foi produzida, pela autora, com base nas respostas informadas nos questionários aplicados aos atores locais. Além dos dados da tabela do Protocolo de Avaliação Turística, também foram utilizadas as informações das perguntas abertas, onde os entrevistados tinham mais liberdade para responder.

Quadro 3: Análise SWOT do Sistema Turístico do Balneário Cassino

Fraquezas	Forças
<ul style="list-style-type: none"> - Serviços precários: atendimento médico, saneamento básico, manutenção das ruas, iluminação pública, abastecimento de água, recolhimento do lixo,... - Deficiência nos meios e vias de acesso; - Falta de qualificação da mão de obra; - Presença de animais... (cachorros, cavalos...); - Falta de investimento público durante o ano inteiro; - Ineficiência do transporte coletivo; - Informações fornecidas aos turistas; - Escasso marketing turístico. - Conservação e exploração de sítios turísticos; - Passeio para bicicletas separado dos pedestres; - Falta e/ou mau estado de calçadas em frente às casas; - Falta de sinalização; - Oferecer roteiros turísticos relacionados aos ecossistemas, e a história local; - Restaurantes especializados em frutos do mar (gastronomia local). - Pouca diversidade de recursos como atração turística; - Poucas atividades de lazer no balneário e na praia; - Segurança pública; - Precariedade nos serviços da administração do balneário; - Saturação nos serviços do terceiro setor; 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência (não significa qualidade nos serviços) de instituições de apoio (hotéis, bancos, restaurantes, etc.); - Presença de recursos turísticos naturais; - Presença de prédios antigos que retratam a história do local; - Proximidade com a cidade de Rio Grande; - Receptividade e hospitalidade; - Possibilidade de estacionar o carro na praia; - Grande avenida para lazer; - Os molhes da barra (construção do final do séc. XIX). - Praças com áreas verdes; - Eventos abertos à comunidade (carnaval de rua, festa de lemanjá...).
<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Especulação Imobiliária; - Aumento dos preços no comércio; - Condições Climáticas no inverno, e principalmente o vento, no verão; - Concorrências de grandes centros receptores; - O Brasil por ser um país tropical, tem mais turistas no sudeste, nordeste e norte; - Mau comportamento de alguns turistas; - Falta de conscientização de alguns turistas com a conservação do local; 	<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Temperatura agradável; - Possibilidade de diversificação produtiva da economia local; - Geração de emprego e renda para a população local; - Possibilidade de financiamento de políticas sociais, culturais e ambientais.

As Fraquezas revelam os pontos fracos do local, são as características que devem ser melhoradas e que para isso dependem de fatores internos. Ou seja, dependem de uma gestão de qualidade, de contribuições públicas e privadas e também da participação da comunidade na gestão. Neste contexto, as principais Fraquezas encontradas no balneário foram: a falta de esgotamento sanitário e a presença de pragas e incômodos (mosquitos, moscas, cachorros, etc.). Quanto à falta de serviços de esgoto, as casas que não possuem fossas sanitárias deságuam em valas que se juntam aos sangradouros da praia, prejudicando a balneabilidade da água do mar. Quanto à presença de animais, estes, por vezes, andam em bandos pelas ruas do balneário, bem como na beira do mar, podendo inclusive transmitir doenças aos banhistas e pedestres. Além da falta de saneamento básico e a presença de animais, outras Fraquezas, que merecem destaque, são: a precariedade do atendimento do posto de saúde, a falta de iluminação pública e a manutenção das ruas.

As Forças apontam as características positivas do Balneário Cassino, e também são influenciadas por fatores internos. A partir da pesquisa realizada, as principais Forças encontradas são: a presença de prédios antigos, que contam um pouco da história do local, a existência de instituições de apoio, como hotéis, bancos, restaurantes,...., os eventos abertos à comunidade, tanto no verão quanto no inverno, como carnaval de rua, festa de Iemanjá, festa junina,...., e a possibilidade de ir de carro até a beira da praia, dando conforto aos banhistas.

As Ameaças compõem as características negativas, que dependem de fatores externos, que não se pode controlar, mas devem ser minimizados, quando possível. Dentre estas características as principais seriam as condições climáticas no período do inverno e no verão, principalmente o vento; a degradação ambiental, o aumento dos preços nos diversos tipos de comércio, a falta de conscientização de alguns turistas com a conservação do local. E, de novo, a presença de carros na praia, que entra como ameaça, pois o grande número de veículos causa congestionamentos e acaba prejudicando os banhistas e pedestres, que muitas vezes tem dificuldade de chegar até a beira da praia.

As Oportunidades, assim como as Ameaças, também dependem de fatores externos, deve-se aproveitá-las e até tentar melhorá-las. Dentre as principais estão: a beleza cênica, o tipo de areia, a largura e comprimento da praia; e para a

economia, devem-se destacar as Oportunidades para a geração de empregos e renda para a população local.

5 SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DO BALNEÁRIO CASSINO

A importância das zonas costeiras e sua fragilidade frente aos desequilíbrios provocados pela ação humana assumem no início deste século proporções cada vez maiores e passam a ser a preocupação em escala mundial.

Uma alternativa para solucionar, ou ao menos, minimizar os impactos negativos das ações antrópicas, em relação à gestão, é a elaboração de uma agenda de planejamento. É neste contexto que este trabalho acadêmico propõe sugestões para a construção de um plano de desenvolvimento do sistema turístico no Balneário Cassino. Este propõe ações e investimentos necessários à consolidação do turismo local, visando promover um desenvolvimento socialmente justo, economicamente equilibrado e ambientalmente responsável. Para tanto, se fez necessário pensar em estratégias que valorizassem as características naturais e culturais do local, para que estes sejam, talvez, os principais, atrativos para os turistas.

Através da pesquisa realizada no trabalho de Silva (2010), podemos afirmar que o público visitante do balneário é composto, em sua maioria, por turistas de cidades vizinhas, bem como moradores de outros bairros da cidade, estes que efetuam um movimento pendular, ou seja, que se dirigem ao balneário durante o dia para aproveitar a praia, e retornam para suas casas a noite. Há também, a ocorrência de turistas de cidades mais distantes, até mesmo de outros estados, mas que ou possuem casa (de segunda residência) ou têm amigos e/ou familiares no local, sendo seu objetivo principal visitá-los.

Mesmo tendo um público de, aproximadamente 150 mil visitantes, durante a alta temporada, este número poderia ser melhorado, inclusive na baixa temporada, a partir de novos investimentos e de melhorias dos serviços oferecidos no balneário. Por isso a importância de uma política de desenvolvimento para a atividade turística no Cassino, que deve conter, além de instrumentos de regulamentação, uma visão integrada de planejamento, bem como investimentos e fontes de financiamentos.

Outro fator de grande importância para o desenvolvimento do turismo em nível local é a necessidade de fortalecer organizações já existentes, ou criar instituições e instrumentos públicos que representem o interesse de todos os atores sociais envolvidos no turismo.

Quanto ao processo de gestão integrada para o desenvolvimento de políticas relacionadas ao turismo, este, deve contar com representantes do setor público e privado, da sociedade civil, ONGs, universidades, além de órgãos de fomento e de capacitação. Cada um dos envolvidos tem um papel fundamental para a gestão integrada, seja na elaboração de políticas de ação, seja no monitoramento ou na avaliação do processo de gestão.

As ações propostas por este trabalho visam à conscientização dos cidadãos para a importância do turismo, a descentralização das tomadas de decisão, bem como a formação de parcerias entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, organizados na busca de caminhos e respostas; e a otimização na prestação de serviços turísticos de forma a não só operacionalizá-los com qualidade e segurança, mas também divulgar e vender melhor o produto.

As parcerias interinstitucionais aparecem como uma estratégia fundamental para a integração de políticas e ações para o desenvolvimento do segmento em diversos níveis e escalas de atuação, com a otimização de meios para implantação e qualificação de serviços e equipamentos. A consolidação desses mecanismos de planejamento e de gestão do turismo aumenta a possibilidade de trabalhar de forma integrada, descentralizada e participativa (Ministério do Turismo, 2006).

No caso do Balneário Cassino, além de estimular a participação da comunidade deve-se destacar as instituições envolvidas com as melhorias necessárias para o local. O quadro abaixo (quadro 4) apresenta as principais entidades ligadas ao planejamento da atividade turística.

Quadro 4: Principais atores institucionais do Balneário Cassino	
SETOR	ATORES
1. Saúde	SMS, UNIMED, clínicas particulares, CÂMERA DE VEREADORES, ANVISA.
2. Recreação/turismo	SMTEL, COMTUR, SETUR, CÂMERA DE VEREADORES, Agências de Eventos e Turismo.
3. Educação e Cultura	FURG, SENAC, SEC, SMTEL, NEMA
4. Meio Ambiente	COMDEMA, SMMA, NEMA, SMEC, FURG, PATRAM, ONGs, MINISTÉRIO PÚBLICO CÂMERA DE VEREADORES.
5. Comércio	Associação Comercial do Balneário Cassino, Câmara do Comércio de Rio Grande CÂMERA DE VEREADORES.
6. Serviços/Abastecimento	SEC, CORSAN, CEEE, SMSU, Empresa Rio Grande Ambiental (coleta de lixo), Empresa Noiva do Mar (transporte coletivo).
7. Defesa/segurança civil	BRIGADA MILITAR, SMSTT, POLÍCIA CIVIL.
8. Planejamento	SEC, PMRG, SMCP.
9. Organizações da sociedade Civil (ONGs)	NEMA.

Quadro 4: Lista com os principais atores sociais envolvidos no setor turístico no Balneário Cassino.

Visando atingir os objetivos e metas de planejamento e gestão, como também atender as expectativas, as necessidades e as reivindicações da comunidade, o quadro abaixo (quadro 5) apresenta uma lista com as sugestões de ações prioritárias para o balneário. Estas informações foram selecionadas a partir das reclamações e constatações dos moradores, comerciantes e turistas entrevistados.

Quadro 5: Sugestões de Ações Prioritárias para o desenvolvimento do sistema turístico no Balneário Cassino baseado nos resultados da Análise SWOT.

Situação/ Problema	Ação/ Melhorias (Planej.) sugeridas	Competência de Implementação	Instrumento regulador	Financia - mento	Proposta Temporal
Posto de Saúde	Melhorias na estrutura do prédio do Posto de Saúde, bem como nos equipamentos e instrumentos médicos. É necessário um número maior de profissionais da saúde.	SMS/ PMRG	Lei Orgânica Plano Diretor ANVISA	Público/ Privado (Clínicas particulares)	Curto prazo
Saneamento Básico	Ampliação do sistema de coleta de esgoto; Conexão das economias atendidas à rede. Limpeza de valas e bueiros.	CORSAN/ SEC/ SMSU/ PMRG	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor	Público/ Privado	Curto prazo
Abastecimento de Água	Ampliação do sistema de abastecimento de água, com a implantação de novas caixas d'água, de forma a evitar a interrupção do abastecimento quando há aumento da população (veraneio).	CORSAN/ SEC/ SMSU/ PMRG	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor	Público/ Privado	Curto/ Médio prazo
Serviços da Administração do balneário (Manutenção e iluminação das vias públicas, conservação dos passeios públicos, recolhimento de animais de rua, entre outros).	Nivelamento das ruas para minimizar problemas de buracos, bem como acúmulo de areia solta (verão) e alagamento das vias (inverno); Uso de material de aterro de qualidade (livre de lixo); Controle de aterros de vias públicas por material de descarte de construção civil por parte da população. Melhorias na sinalização de trânsito; manutenção de postes e troca de lâmpadas queimadas; cobrar a conservação das calçadas públicas que são de responsabilidade dos moradores, bem como manter a qualidade dos passeios públicos de responsabilidade da SEC.	SEC/ SMSU/ SMSTT	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor	Público	Curto/ Médio prazo
Recolhimento do Lixo	Disponibilizar um número maior de funcionários para o recolhimento do lixo (verão), de forma a diminuir o tempo	SEC/ SMSU/ Empresa Rio Grande	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor	Público/ Privado	Curto prazo

Situação/ Problema	Ação/ Melhorias (Planej.) sugeridas	Competência de Implementação	Instrumento regulador	Financia - mento	Proposta Temporal
	que o lixo fica exposto nas ruas (minimizando impactos visuais, mau cheiro e principalmente a exposição a animais, eliminando também o surgimento de pragas).	Ambiental			
Vias de Acesso	A obra de duplicação da ERS-734, principal via de acesso ao balneário está sendo realizada, e se faz necessária melhorias na sinalização das obras, bem como o estabelecimento de horários para interrupção das vias, evitando assim grandes congestionamentos e transtornos aos usuários. A pavimentação da via alternativa que liga o balneário à Via-9 (área portuária e a Barra) foi concluída, desta forma, deve ser bem sinalizada fiscalizada, de forma a evitar acidentes.	Governo do Estado RS/ SMSTT/ SMSU/ PMRG	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor/ Leis Municipais	Público	Curto/ Médio prazo
Meio de Transporte	Aumento no número de ônibus, para evitar a superlotação em horários de grande movimento (durante todo ano); Melhorias das estruturas dos pontos de paradas, que estas sejam cobertas e iluminadas; Estudo de viabilidade técnica de implantação de linha férrea.	Empresa Noiva do Mar/ SMSTT/ PMRG	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor	Público/ Privado	Curto prazo
Segurança Pública	Aumento do número de policiais (principalmente no verão, mas também no inverno), bem como a disponibilização de mais viaturas; se faz necessária a atuação de agentes municipais de trânsito para a fiscalização das vias no balneário, de forma a minimizar acidentes e infrações. Definição de um planejamento	Governo do Estado RS/ Brigada Militar/ Polícia Civil/ SMSTT/ PMRG	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor	Público	Curto prazo

Situação/ Problema	Ação/ Melhorias (Planej.) sugeridas	Competência de Implementação	Instrumento regulador	Financia - mento	Proposta Temporal
	específico do trânsito na praia incluindo: área de exclusão de veículos, manutenção de uma via exclusiva para emergência na praia e controle do acesso de caminhões na praia.				
Serviços Oferecidos (Terceiro Setor)	É importante estabelecer formas de incentivos para a ampliação dos serviços de forma a evitar a saturação destes, uma vez que é de interesse dos gestores a sua melhoria para o desenvolvimento da atividade turística. Também se deve pensar em criar uma identidade gastronômica no balneário, um prato típico, por exemplo. Ao mesmo tempo em que a cidade é associada à produção pesqueira, são poucos os restaurantes especializados.	SEC/ PMRG/ Associação Comercial do Balneário Cassino/ Câmara do Comércio de Rio Grande	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor	Público/ Privado	Médio prazo
Elementos Turísticos	Maiores investimentos em marketing turístico, incentivar a conservação e a exploração de sítios turísticos; criar roteiros turísticos e novas atividades e áreas para o lazer. Investir em eventos abertos à comunidade, como shows, feiras de artesanato, etc. Melhorar o sistema de informações sobre os serviços turísticos do balneário e do município.	SEC/ SMTEL/ COMTUR/SETU R/ PMRG/ Agências de Eventos e de Turismo	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor	Público/ Privado	Curto/ Médio prazo
Qualificação da Mão de Obra	Os órgãos gestores deveriam incentivar a qualificação da mão de obra dos profissionais envolvidos com o setor turístico; oferecimento de cursos de capacitação e preparação para comerciantes, principalmente para o atendimento pessoal.	SEC/ PMRG/ FURG/ NEMA/ SENAC	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor	Público/ Privado	Curto/ Médio prazo
Educação Ambiental	Pensando no bem estar da população receptora e dos visitantes, é necessário criar programas de educação ambiental	SEC/ PMRG/ ONG's/ FURG/ Empresas	Lei Orgânica Municipal/ Plano Diretor	Público/ Privado	Curto/ Médio/ Longo

Situação/ Problema	Ação/ Melhorias (Planej.) sugeridas	Competência de Implementação	Instrumento regulador	Financia - mento	Proposta Temporal
	visando enfatizar a responsabilidade de todos os envolvidos com o turismo, com a manutenção e a conservação do patrimônio material e imaterial do local, respeitando o meio ambiente e o próximo, nas relações sociais. Também é importante ter uma linha de trabalho voltada para a conscientização da população para a participação nas decisões locais.	Privadas (como forma de compensação)			prazo

Se estas ações forem acatadas, ou quando as ações forem estabelecidas pelos responsáveis, é de grande importância que se dê continuidade ao desenvolvimento da perspectiva comum e de longo prazo para as metas sugeridas. Assim como é fundamental fomentar a capacidade de participação e ação da comunidade, através de conselhos, conferências, audiências públicas, plebiscitos e referendos, entre outros, nos processos de decisão, monitoramento e avaliação.

Ainda, ao que se refere à gestão, é muito importante que os agentes gestores tenham o cuidado de tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração do balneário.

Por fim, não se pretende que estas propostas sejam vistas como um produto acabado, uma vez que, seguindo as diretrizes tanto da estrutura política municipal para o turismo (sob a forma da Lei Orgânica Municipal, o Plano Diretor Municipal e as Leis Municipais específicas para o Turismo, no Anexo C) quanto os conceitos do Gerenciamento Costeiro Integrado, o processo de gestão deve ser participativo, integrado, contínuo, interativo e adaptativo.

8 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi o de, através de uma análise sobre o sistema turístico do Balneário Cassino, apresentar subsídios para uma gestão adequada desta atividade, propondo ações para melhorias necessárias. Esta pesquisa foi baseada na opinião dos atores sociais locais, no caso, os moradores, os comerciantes e os turistas. Ainda, considerou-se como um ator importante o órgão administrativo local (Secretaria Especial do Cassino – SEC), porém a este não foi aplicado questionário, uma vez que, como órgão administrativo não corresponde a um usuário do local, objeto de interesse deste estudo. Este, não usufrui dos serviços, mas não deixa de ser um importante agente transformador do espaço.

Quando criado, em 1890, o Cassino já tinha fins de lazer e turismo, mas as atividades eram destinadas à população de elite, que se hospedava no hotel Cassino, e ali tinham toda a infraestrutura de que necessitavam. A partir disto, podemos concluir que talvez por questões culturais (uma vez que não eram necessários grandes investimentos por parte das antigas administrações do balneário), até poucos anos, não existiam preocupações com a qualidade dos serviços públicos oferecidos pelo setor turístico.

Hoje, a opinião dos principais envolvidos com o turismo é de que o balneário não está preparado para esta atividade. Através dos questionários, obteve-se a percepção do ponto de vista dos principais atores sociais envolvidos no “Sistema Turístico do Balneário Cassino”. E este obteve avaliação “Médio” na maioria dos itens, o que constata que os entrevistados não estão satisfeitos com o desenvolvimento desta atividade. Também foi detectada, a reclamação dos entrevistados, quanto à falta de investimentos no balneário no período do inverno.

Os principais resultados obtidos com os questionários e sumarizados na Análise SWOT são apresentados na figura 22. Quanto às principais Fraquezas encontradas, estas estavam relacionadas à infraestrutura, que deixa a desejar, pois inexistente saneamento básico, e o abastecimento de água e luz são ineficientes no verão, época da alta temporada do turismo. Outros pesquisadores que trabalharam com o Balneário Cassino já haviam detectado como principal deficiência do local, a falta de esgotamento sanitário, pois este fato, afeta diretamente o meio ambiente, prejudicando a qualidade das águas do mar, e influenciando o setor turístico.

Aparece também como grande empecilho para o desenvolvimento do turismo e para a qualidade de vida da população, as más condições das ruas internas, que ou estão cobertas de areia solta, no verão, ou estão tapadas de água e barro, no inverno.

Entre as mais importantes Forças existentes no balneário está a beleza cênica, com a existência de muitos atrativos turísticos naturais, como as dunas, as marismas e os banhados, que devem ser mais explorados como atrações turísticas, mas, sobretudo, devem possuir políticas de gerenciamento, para evitar a degradação ambiental.

Os problemas ambientais, se não manejados corretamente, acabam por inviabilizar a própria exploração deste patrimônio natural, impedindo assim, o desenvolvimento sustentável. As potencialidades do setor turístico de uma localidade são em função dos recursos de que dispõe, mas o seu crescimento e desenvolvimento são em função da capacidade e qualidade de sua gestão e planejamento.

Outro fator favorável é a existência de atrativos culturais, como os antigos casarões, que datam do início do séc. XIX, quando surgiu o balneário. Porém, o que se percebe é um grande descaso com a manutenção deste patrimônio sociocultural. Muitos já foram destruídos para dar lugar a prédios comerciais e seguir a lógica do desenvolvimento em prol do progresso.

Para reverter esta situação, a possibilidade de exploração para fins turísticos serviria como justificativa para a manutenção e conservação destes prédios, dando a eles uma nova funcionalidade, como foi o caso do prédio onde hoje está o cinema e o prédio Vila Francisca. Outra alternativa, seria a criação de um museu sobre o Balneário, contando a sua história desde a origem até os tempos atuais, mostrando utensílios, vestimentas, objetos, fotos, etc.

Quanto às Ameaças, estas devem ser minimizadas ou evitadas. Dentre elas, as que acarretariam maiores problemas e que poderiam ser criadas alternativas para a solução, estão: a especulação imobiliária e o aumento de preços no comércio local.

Já as Oportunidades, como a beleza cênica e a largura e comprimento da praia, devem ser aproveitadas para a prática de atividades de lazer e descanso. Devem ser aproveitadas, também, as contribuições para o setor econômico, como o papel de grande gerador de emprego e renda em virtude de ser uma atividade

intensiva em mão de obra, principalmente nos diversos tipos de comércios. Outra importante atividade econômica para o balneário.

Figura 22: Análise SWOT do Sistema Turístico do Balneário Cassino – principais resultados.

		AJUDA	ATRAPLHA
		FORÇAS Beleza Cênica	FRAQUEZAS Infraestrutura
AMBIENTE	INTERNO		
	EXTERNO	OPORTUNIDADES Geração de emprego	AMEAÇAS Especulação Imobiliária

A partir dos resultados encontrados nesta pesquisa, não foi possível identificar uma inter-relação efetiva entre os agentes envolvidos com as transformações do espaço do Balneário Cassino. Os dados também mostram que existe pouca capacidade de articulação, entre os agentes, com relação à comunicação, a coerência dos objetivos e aos interesses compartilhados, que visam o desenvolvimento do balneário.

Então, buscando o desenvolvimento da atividade turística no Balneário Cassino, esta pesquisa sugere a integração dos principais atores envolvidos no setor, para fomentar regras claras que facilitem financiamentos aos negócios e que estimule os investimentos, bem como ações de capacitação para os agentes de mercado e a promoção turística. Além de sugerir a participação de todos os agentes nas discussões de investimentos em infraestrutura e serviços básicos.

Considerando a velocidade dos processos de urbanização e a fragilidade das áreas envolvidas é que se destaca a importância da ação planejadora na zona costeira. No caso do Balneário Cassino, localizado em Rio Grande-RS que é uma área com vocação portuária e em ascensão, deve-se identificar áreas prioritárias para o planejamento, uma vez que sua velocidade de implantação gera níveis de

impactos locais consideráveis. Nesse sentido, um importante resultado deste trabalho é o quadro com as sugestões de ações prioritárias, resultante da opinião dos atores sociais entrevistados, que serve como uma ferramenta de suporte aos gestores do balneário, bem como demais atores locais, que buscam o desenvolvimento da atividade turística local.

A agenda de planejamento urbano deve no mínimo acompanhar a velocidade do processo de urbanização. Entretanto, não é o que ocorre, por isso, os planejadores correm para tentar sanar os problemas já estabelecidos. E desenvolvem, assim, ações mais corretivas do que diretivas no que toca a produção dos espaços urbanos.

A falta de participação de todos os atores sociais envolvidos aumenta os impactos ambientais causados pelo turismo. Tendo como principais problemas o uso inadequado do sistema ambiental, a descaracterização da paisagem natural, comprometimento da qualidade de vida da população local, etc. E a ação conjunta desses grupos minimizaria os impactos negativos do desenvolvimento turístico, impedindo que iniciativas e interesses individuais se sobressaíam ao interesse coletivo.

Por fim, muito ainda precisa ser melhorado, a partir de investimentos públicos, mas também de origem privada, além da participação da comunidade na gestão. Caso os recursos existentes nesta região não forem geridos de forma adequada, o turismo poderá declinar e os turistas irem à procura de outras áreas mais atrativas.

REFERÊNCIAS

ANDRIGHI, F. F., HOFFMANN, V. E. *Aglomeración territorial no turismo: uma avaliação dos atores sociais na destinação turística de Urubici/SC*. Cultur Revista Cultura e Turismo. Ano 02, n 02, jul/2008. Disponível em: <www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/> Acesso em: <março/2012>

ANTÔNIO, N. S. *Estratégia Organizacional: sua evolução nos últimos 50 anos*. Instituto para o Desenvolvimento da Gestão Empresarial. INDEG/ISCTE. 2002. Disponível em: <<http://pcc5301.pcc.usp.br/PCC%205301%202005/Bibliografia%202005/Estrat%C3%A9gia%20Organizacional%2050%20anos.pdf>> Acesso em: <março/2012>

ASMUS, M. L. *A planície costeira e a Lagoa dos Patos*, in: SEELIGER U., ODEBRECHT C., CASTELLO J. P. Os ecossistemas Costeiro e Marinho do Extremo Sul do Brasil. Rio Grande. Ecoscientia. 1998.

ASMUS, M. L., et al. *Gestão costeira no Brasil: instrumentos, fragilidades e potencialidades*. Revista de Gerenciamento Costeiro Integrado, Itajaí - Santa Catarina, n. 4, p. 52-57, 2006.

Disponível em: <www.praia.log.furg.br/Publicacoes/2006/2006a.pdf> Acesso em: <junho/2010>

ASSIS, L. F. *Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica*. Revista Território, Rio de Janeiro, ano VII, nº 11, 12 e 13 – set/out, 2003, p.107-122. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/pdf/N_11_12_13/turismo.pdf> Acesso em: <março/2012>

BELCHIOR, C. C. *Gestão costeira integrada – estudo de caso do projeto ECOMANAGE na região estuarina de Santos-São Vicente, SP, Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Ciência Ambiental. São Paulo, 2008.

BRASIL. LEI Nº 5.830, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível em: <http://srv00.tce.rs.gov.br:8081/blm/Municipios_M_ate_Z/Rio_Grande/156-LEI-05830-2003.doc>. Acesso em: <novembro/2009>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Perfil dos estados litorâneos do Brasil: subsídios à implantação do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro/Coordenações Estaduais do Gerenciamento Costeiro*. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 1995.

_____. Ministério do Turismo. *Turismo de sol e praia: orientações básicas*. / Ministério de Turismo, Coordenação Geral de Segmentação; Coordenação Geral de Jurema Monteiro. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. Disponível em: <www.turismo.gov.br> Acesso em: <dezembro/2010>

_____. Ministério do Turismo. *Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo*. 2009. Disponível em: <www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/13estudos.html>. Acesso em: <outubro/2009>

CICIN-SAIN, B., KNECHT, R. W. *Integrated coastal and ocean management: concepts and practices*. Island Press. Washington. 1998

DE OLIVEIRA, A. O., CALLIARI L. J. *Morfodinâmica da Praia do Mar Grosso, São José do Norte, RS*. 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ceco/Gravel/4/CD/docs/Gravel_4_02.pdf>. Acesso em: <março/2009>

DIEGUES, A. C. S. *Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras*. NUPAUB-USP. São Paulo. 1995

DOMINGUES, M. D. (Coord.) *Desenvolvimento e Consolidação do Polo Naval e Offshore de Rio Grande*. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, Rio Grande. 2009.

FERNANDES, Tatiane. *Gestores municipais e comunidade discutem os problemas do Cassino*. Jornal Agora. Rio Grande. (19/nov/2009). Geral. Disponível em: <www.jornalagora.com.br>. Acesso em: <novembro/2009>

GRUBER, et al. *Geografia dos Sistemas Costeiros e Oceanográficos: Subsídios para Gestão Integrada da Zona Costeira*. 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ceco/gravel/1/CD/docs/Gravel_1_07.pdf>. Acesso em: <março/2009>

MARTÍNEZ, I. M. T. *Estudio Del potencial ecoturístico de Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, RS, Brasil*. Projeto final de carreira apresentado para conclusão do curso de Turismo da Escola Politécnica superior de Gandia no ano de 2005.

MORAES, A. C. R. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. Annablume, 2007.

MDZC/MMA. *Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil: na escala da União*. MMA, UFRJ, FUJB, LAGET. Brasília: Programa Nacional do Meio Ambiente, 280 p. 1996.

PINTO, A. R. et al. *Manual de normalização de trabalhos acadêmicos*. Viçosa, MG, 2011. 88 p. Disponível em: <<http://www.bbt.ufv.br/>>. Acesso em: <março/2012>

PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO – PNGC II – Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/orla/_arquivos/pngc2.pdf> Acesso em: <março/2012>

PINHEIRO, M. T. G. *A fundação do Balneário Cassino ao final do século XIX e sua expansão e transformação no decorrer do século XX*. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, na área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 1999.

POLETTE, M., SILVA, L. P. *GESAMP, ICAM e PNGC - Análise comparativa entre as metodologias de gerenciamento costeiro integrado*. *Cienc. Cult.* [online]. 2003, v. 55, n. 4, pp. 27-31. ISSN 0009-6725 Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000400017> Acesso em: <março/2010>

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. *Plano de ação para a orla estuarina e oceânica do município de rio grande*. 2005. Freitas, D.M. (Coord.), Rio Grande/RS PROFILL Engenharia e Ambiente Ltda. Avenida do Litoral: relatório final. Volume 1. Porto Alegre, 2005, 207p. Disponível em: <http://www.metroplan.rs.gov.br/projetos_obras/av_litoral.pdf> Acesso em: <agosto 2010>

REBOITA, M. S., *Variabilidade Climática no Extremo Sul do Brasil*, Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Engenharia Oceânica, a Fundação Universidade Federal do Rio Grande, FURG, 2001.

ROMERO, A. F. *Aplicação de um modelo de desenvolvimento de balneários como ferramenta para o gerenciamento costeiro integrado. Um estudo de caso: praia do Cassino, Rio Grande, RS*. Monografia apresentada como parte dos requisitos necessários para a conclusão do curso de Oceanologia, pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no ano de 2002.

SALVATORI, E., HABIAGA, L. A. G. P., THORMANN, M. C. *Crescimento Horizontal da cidade do Rio Grande*. 1989. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201989%20v51_n1.pdf>. Acesso em: <agosto/2008>

SAMPAIO, R. *Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário*. 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/viewArticle/9850>>. Acesso em: <agosto/2008>.

SANTOS, M. Espaço e método. 4.ed.São Paulo. Nobel. 1997.

SARILHO, K. A. Diagnóstico socioambiental do Balneário Cassino e áreas adjacentes – Rio Grande – RS: Subsídio ao gerenciamento costeiro integrado local. Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Geociências, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no ano de 2003.

SCHERER, M. *Gestão das zonas costeiras e as políticas públicas no Brasil: um diagnóstico*. Ibermar: Red Iberoamericana Manejo Costero Integrado. 2009.

Disponível em: < <http://www.vivamarajo.org.br/files/socioeconomia/Gestao-das-zonas-costeiras-e-as-politicas-publicas-no-Brasil.pdf>> Acesso em: <março/2012>

SILVA, L. C. *Avaliação do Potencial Turístico do Balneário Cassino, Rio Grande – RS, na visão dos atores locais*. Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2010.

SOUZA, P. R. S. *A expansão urbana no Balneário Cassino – Rio Grande – RS: Segregação residencial e problemas ambientais*. Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2003.

STROHAECKER, T. M., *Caracterização do uso e ocupação do solo dos municípios do Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, nº 13, p.75-98, jan/jun, 2006, Editora UFPR.

TAGLIANI, P. R. A.; ASMUS, M.L. *Manejo Integrado do Estuário da Lagoa dos Patos: uma experiência de gerenciamento costeiro no sul do Brasil*. 1. ed. Rio Grande: FURG, 2011. v. 1. 254 p.

TEIXEIRA, P. S. *Subsídios para o gerenciamento costeiro por erosão da falésia no Balneário Hermenegildo, RS, Brasil*. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Oceanografia Física, Química e Geológica pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no ano de 2007.

VERDUM, R., STROHAECKER, T. M. *Desenvolvimento regional, turismo, educação ambiental*. Porto Alegre. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB. 2000

ZAMBONI, A., NICOLODI, J. L. (Org.) *Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil*, Departamento de Qualidade Ambiental, Gerência de Qualidade Costeira e Marinha Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Brasília: MMA, 2008. 242 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Questionário para os moradores

Dados do entrevistado

Nome: _____

Rua: _____ Nº _____

Ocupação: _____

Idade: _____

Faixa de Renda: () 1 a 2 Sal. Mín. () 3 a 5 Sal. Mín. () 5 a 10 Sal. Mín. () mais que 10 Sal. Mín.

Escolaridade: () 1º Grau _____ () 2º Grau _____ () Superior _____

1. Há quanto tempo é morador do Balneário Cassino?

2. Como você avalia o Balneário em cada um dos seguintes aspectos:

3.1 Atratividade

1. Atratividade geral	Ótimo	Médio	Ruim
Beleza do Cenário			
Diversidade de Recursos como Objeto de Atração Turística			
Singularidade			
Originalidade e Equilíbrio da Paisagem			
Diversidade e Alternativas das Oportunidades de Lazer			
Limpeza do Meio Ambiente (Ar, Água e Solo).			

2. Atratividade da praia	Ótimo	Médio	Ruim
Beleza da Praia			
Tipo de Areia			
Largura e Comprimento da Praia			
Variedade de Atividades			
Conforto			

3.2 Meio Ambiente

3. Situação Ambiental	Ótimo	Médio	Ruim
Densidade Populacional			
Impacto Ecológico			
Recursos Naturais			
Riscos Naturais			
Pragas, Incômodos (Mosquitos, Moscas, Cachorros, etc.).			

4. Condições Climáticas	Ótimo	Médio	Ruim
Chuvas			
Temperatura			
Vento			
Umidade			
Frequência de Tempestades (Frentes Frias)			

5. Infraestrutura	Ótimo	Médio	Ruim
Condições da Malha Rodoviária (Ruas, Avenidas, Estradas).			
Sistema de Transportes Coletivos (Frequência, Rodoviária, Qualidade, etc.).			
Qualidade da Água, Capacidade de Suprimento (Estoque).			
Esgotamento Sanitário			
Lixo (Lixeiras, Recolhimento de Lixo).			
Instituições de apoio (Hotéis, Bancos, Postos de Saúde, Restaurantes, etc.).			
Segurança Pública			

3.3 Sobre o Balneário

6. Administração	Ótimo	Médio	Ruim
Qualidade dos Serviços			
Capacidade de Expressão /Comunicação (Língua)			
Facilidades de Serviços e Manutenção			
Planejamento e Mitigação dos Impactos Ambientais			

Participação Local			
--------------------	--	--	--

7. Informações	Ótimo	Médio	Ruim
Guias			
Informações sobre Passeios Oferecidos			
Informações Prestadas aos Turistas			

8. Impactos sobre o patrimônio cultural	Ótimo	Médio	Ruim
Étnicos			
Sítios Históricos			
Crenças e Religiões			
Costumes, Tradições e Solidariedade.			

9. Efeitos sobre a Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim
Posição da Comunidade			
Educação			
Nível de Participação (Ativo/Passivo)			
Uso local de sítios turísticos			

10. Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim
Hospitalidade			
Informações sobre o Local			
Educação e Conscientização das Pessoas			
Mão de Obra Qualificada para o Serviço Turístico			

4. Em sua opinião, quais os principais benefícios que turismo gera para o Balneário?
5. Em sua opinião, quais os principais problemas ou inconveniências que o turismo gera para o Balneário?
6. O Balneário está bem preparado para receber os turistas? () Sim () Não
7. Como é sua convivência com os turistas?
 () Harmoniosa () Conflituosa () Indiferente
8. Qual é a sua opinião em relação ao comportamento dos turistas que frequentam o Balneário?
8. Em sua opinião, a atividade promocional do turismo no Balneário Cassino é eficiente?
9. Você está satisfeito com o turismo que vem sendo desenvolvido no Cassino?
 () Muito Satisfeito () Satisfeito () Pouco Satisfeito () Insatisfeito
10. Tem alguma sugestão para melhorar o turismo no balneário? () Sim () Não
Qual?
11. Opiniões? Reclamações? Comentários?

APÊNDICE B: Questionário para os Turistas

Dados do Entrevistado

Nome: _____

Região /Cidade: _____

Ocupação: _____

Idade: _____

Faixa de Renda: () 1 a 2 Sal. Mín. () 3 a 5 Sal. Mín. () 5 a 10 Sal. Mín. () mais que 10 Sal. Mín.

Escolaridade: () 1º Grau _____ () 2º Grau _____ () Superior

1. Com que frequência viaja para o Cassino?

	Seguidamente	Eventualmente	Muito Esporadicamente	Não realiza
Férias de final de ano				
Feriados				
Férias escolares				
Trabalho				
Finais de semana				

2. Qual o principal motivo de sua viagem?

() Negócios /Profissionais () Visita a amigos /parentes () Estudos Pesquisas () Lazer /Entretenimento

3. Quanto às expectativas do local:

() Não atendeu as expectativas () Correspondeu as expectativas () Superou as expectativas

4. Com o intuito de facilitar o estudo, sugerimos uma divisão de categorias para cada tipo de usuário do Balneário Cassino. Em qual delas você se classificaria?

Tipo de Usuário		Características	Marque
Veranista	Veranista /turista Exclusivo	Tem casa no Cassino e fica mais de 15 dias	
	Veranista Esporádico	Tem casa no Cassino e fica menos de 15 dias	
Turista	Turista Exclusivo	Não tem casa no Cassino e fica mais de 15 dias no verão	
	Turista Esporádico	Não tem casa no Cassino e fica menos de 15 dias no verão	
Visitante	Visitante Freqüente	Visitas de curtos períodos no inverno e no verão	
	Visitante Freqüente de Verão	Visitas freqüentes no verão	
	Visitante Exclusivo	1ª ou 2ª vez em 5 anos, ou vem em eventos exclusivos sem se hospedar no Cassino.	

5. Como você avalia o Balneário em cada um dos seguintes aspectos:

5.1 Atratividade

1. Atratividade geral	Ótimo	Médio	Ruim
Beleza do Cenário			
Diversidade de Recursos como Objeto de Atração Turística			
Singularidade			
Originalidade e Equilíbrio da Paisagem			
Diversidade e Alternativas das Oportunidades de Lazer			
Limpeza do Meio Ambiente (Ar, Água e Solo).			

2. Atratividade da praia	Ótimo	Médio	Ruim
Beleza da Praia			
Tipo de Areia			
Largura e Comprimento da Praia			
Variedade de Atividades			
Conforto			

5.2 Meio Ambiente

3. Situação Ambiental	Ótimo	Médio	Ruim
Densidade Populacional			
Impacto Ecológico			
Recursos Naturais			
Riscos Naturais			
Pragas, Incômodos (Mosquitos, Moscas, Cachorros, etc.).			

4. Condições Climáticas	Ótimo	Médio	Ruim
Chuvas			
Temperatura			
Vento			
Umidade			
Frequência de Tempestades (Frentes Frias)			

5. Infraestrutura	Ótimo	Médio	Ruim
Condições da Malha Rodoviária (Ruas, Avenidas, Estradas).			
Sistema de Transportes Coletivos (Frequência, Rodoviária, Qualidade, etc.).			
Qualidade da Água, Capacidade de Suprimento (Estoque).			
Esgotamento Sanitário			
Lixo (Lixeiras, Recolhimento de Lixo).			
Instituições de apoio (Hotéis, Bancos, Postos de Saúde, Restaurantes, etc.).			
Segurança Pública			

5.3 Sobre o Balneário

6. Administração	Ótimo	Médio	Ruim
Qualidade dos Serviços			
Capacidade de Expressão /Comunicação (Língua)			
Facilidades de Serviços e Manutenção			
Planejamento e Mitigação dos Impactos Ambientais			
Participação Local			

7. Informações	Ótimo	Médio	Ruim
Guias			
Informações sobre Passeios Oferecidos			
Informações Prestadas aos Turistas			

8. Impactos sobre o patrimônio cultural	Ótimo	Médio	Ruim
Étnicos			
Sítios Históricos			
Crenças e Religiões			
Costumes, Tradições e Solidariedade.			

9. Efeitos sobre a Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim
Posição da Comunidade			
Educação			
Nível de Participação (Ativo/Passivo)			
Uso local de sítios turísticos			

10. Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim
Hospitalidade			
Informações sobre o Local			
Educação e Conscientização das Pessoas			
Mão de Obra Qualificada para o Serviço Turístico			

6. O que você mais gosta no Balneário Cassino?

7. E o que menos gosta?

8. Sugestões? Reclamações? Comentários?

APÊNDICE C: Questionário para os comerciantes

Dados do Estabelecimento

Nome do estabelecimento:

Categoria: () Farmácia () Supermercado () Padarias () Ferragem () Alimentação Outro: ____

Rua: _____ Nº: _____

Nome do Entrevistado:

Ocupação:

Idade:

Faixa de Renda: () 1 a 2 Sal. Mín. () 3 a 5 Sal. Mín. () 5 a 10 Sal. Mín. () mais que 10 Sal. Mín.

Escolaridade: () 1º Grau _____ () 2º Grau _____ () Superior

1. Qual o período do ano que está aberto no Cassino?

- () O ano inteiro
- () Somente no verão
- () Somente nos fins de semana
- () Outro: _____

2. Qual o tamanho da empresa (mini, micro, média)?

3. Como você avalia o Balneário em cada um dos seguintes aspectos?

3.1 Atratividade

1. Atratividade geral	Ótimo	Médio	Ruim
Beleza do Cenário			
Diversidade de Recursos como Objeto de Atração Turística			
Singularidade			
Originalidade e Equilíbrio da Paisagem			
Diversidade e Alternativas das Oportunidades de Lazer			
Limpeza do Meio Ambiente (Ar, Água e Solo).			

2. Atratividade da praia	Ótimo	Médio	Ruim
Beleza da Praia			
Tipo de Areia			
Largura e Comprimento da Praia			
Variedade de Atividades			
Conforto			

3.2 Meio Ambiente

3. Situação Ambiental	Ótimo	Médio	Ruim
Densidade Populacional			
Impacto Ecológico			
Recursos Naturais			
Riscos Naturais			
Pragas, Incômodos (Mosquitos, Moscas, Cachorros, etc.).			

4. Condições Climáticas	Ótimo	Médio	Ruim
Chuvas			

Temperatura			
Vento			
Umidade			
Frequência de Tempestades (Frentes Frias)			

5. Infraestrutura	Ótimo	Médio	Ruim
Condições da Malha Rodoviária (Ruas, Avenidas, Estradas).			
Sistema de Transportes Coletivos (Frequência, Rodoviária, Qualidade, etc.).			
Qualidade da Água, Capacidade de Suprimento (Estoque).			
Esgotamento Sanitário			
Lixo (Lixeiras, Recolhimento de Lixo).			
Instituições de apoio (Hotéis, Bancos, Postos de Saúde, Restaurantes, etc.).			
Segurança Pública			

3.3 O Balneário

6. Administração	Ótimo	Médio	Ruim
Qualidade dos Serviços			
Capacidade de Expressão /Comunicação (Língua)			
Facilidades de Serviços e Manutenção			
Planejamento e Mitigação dos Impactos Ambientais			
Participação Local			

7. Informações	Ótimo	Médio	Ruim
Guias			
Informações sobre Passeios Oferecidos			
Informações Prestadas aos Turistas			

8. Impactos sobre o patrimônio cultural	Ótimo	Médio	Ruim
Étnicos			
Sítios Históricos			
Crenças e Religiões			
Costumes, Tradições e Solidariedade.			

9. Efeitos sobre a Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim
Posição da Comunidade			
Educação			
Nível de Participação (Ativo/Passivo)			
Uso local de sítios turísticos			

10. Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim
Hospitalidade			
Informações sobre o Local			
Educação e Conscientização das Pessoas			
Mão de Obra Qualificada para o Serviço Turístico			

3.4 Atividades Econômicas

11. Potencial de Mercado	Ótimo	Médio	Ruim
Turista Local (números, renda, tempo de estadia, etc.).			
Turista Estrangeiro (origem, números, arrecadação \$, tempo estadia).			
Facilidades para o Turismo			
Atividade Promocional (Marketing)			
Qualidade dos Serviços			

12. Impactos no Desenvolvimento da Economia Regional	Ótimo	Médio	Ruim
Oportunidades de Negócios e Empregos			

Melhoria dos salários			
Produtividade e Eficiência na utilização dos Recursos			
Informações Econômicas e de Negócios			

4. Existe algum treinamento para qualificar a mão de obra para melhor atender os turistas, principalmente os estrangeiros? Qual?
5. Em sua opinião, a atividade promocional do Balneário Cassino é eficiente?
6. Sugestões? Reclamações? Comentários?

ANEXOS

ANEXO A: Aspectos legais para o Turismo de Sol e Praia

Os aspectos legais apresentados abaixo foram retirados do trabalho do Ministério do Turismo intitulado: “Turismo Sol e Praia – Orientações Básicas”, publicado no ano de 2008.

A documentação internacional teve um papel significativo na construção de normas para o uso do espaço litorâneo, destacando:

- **Resolução 29/73** – Conselho da Europa – todo desenvolvimento das zonas litorâneas deveria ser precedido de regulamentação: limites para áreas edificadas, subordinação das licenças para construção, princípio do livre acesso às margens do mar, regulamentação da exploração dos recursos naturais e adoção de um sistema de controle de qualidade das águas costeiras.

- **Resolução 161/76** – Conselho da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) – visa à proteção eficaz das zonas costeiras contra os riscos originados da urbanização e industrialização.

- **Declaração de 1972** – Conferência de Estocolmo – define o Programa dos Mares Regionais do PNUMA como uma tentativa de gestão do meio ambiente ou gestão integrada das atividades humanas com impacto no meio ambiente.

- **Resolução 1/83** – Carta Europeia de Ordenamento Territorial (Carta de Torremolinos) – aborda os problemas do desenvolvimento das regiões costeiras e ilhas, enfatizando a verticalização.

- **Programa de Ação Global de Proteção dos Ambientes Marinhos de Fontes Baseadas em Terra do PNUMA (2000)** – reforçou o Programa de Mares Regionais ao focar as fontes de contaminação de origem terrestre e orientar um plano de atuação conjunta do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai.

No que se refere à legislação brasileira, é importante destacar:

- **Constituição Federal**

- **Art. 20.** Elenca como bens pertencentes à União as praias fluviais e marítimas. As marítimas constituem a orla de terra, em declive suave, geralmente coberta em sua extensão por areia, e que se limita com o mar. As fluviais consistem em qualquer área na extensão do leito dos rios que forma coroas ou ilhas rasas, as quais ficam descobertas quando baixa sobremaneira o nível das águas.

- **Art. 225**, parágrafo 4º. “A Floresta Amazônica Brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal-Matogrossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

- **Lei n.º 7.661/1988**, principal lei que norteia e regulamenta o uso dos espaços litorâneos, institui o **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)**, que “visa especificamente a orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”.

Art. 3º. O PNGC prevê o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dá prioridade à conservação e proteção dos seguintes bens:

- Recursos naturais renováveis e não renováveis, recifes, parais e bancos de algas.
- Ilhas costeiras e oceânicas.
- Sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas.
- Promotórios, costões, grutas marinhas.
- Restingas e dunas.
- Florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas.

O **PNGC** é executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente estabelecidos pelo CONAMA. Os Estados e municípios poderão instituir, por meio de lei, os respectivos planos estaduais e municipais de gerenciamento costeiro, por meio de processos

participativos, ressalvadas a necessidade de adequação dos planos diretores municipais e leis de ocupação do solo.

Art. 10º. As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e de franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

Além da Constituição Federal e da Lei n.º 7.661/98, as normas jurídicas de maior importância que estabelecem direta ou indiretamente relações com a zona costeira são: o Decreto-Lei n.º 9.760/46 e a Lei n.º 9.636/98, que tratam do patrimônio da União Federal; a Lei n.º 6.938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA; o Decreto n.º 5.300/04, que regulamenta o PNGC adicionando a figura de gestão da orla marítima; e o Decreto federal n.º 4.297/02, que estabelece os critérios para a implementação do Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE.

A Lei n.º 6.513/1977 e o Decreto n.º 86.176/1981 inserem-se também no contexto da proteção da paisagem e na ordenação do território, seja em relação às interfaces com o zoneamento costeiro e gestão da orla marítima, seja em relação às áreas protegidas, aos planos de bacias hidrográficas e aos planos diretores municipais, principalmente quanto à figura de municípios turísticos contida no Estatuto da Cidade. Como parte instrumental, a Lei define como Áreas Especiais de Interesse Turístico os “trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e a realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico”; e Locais de Interesse Turístico como “trechos do território nacional, compreendidos ou não em Áreas Especiais, destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos”.

A **Lei n.º 9.984**, de 17/7/2000, dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A **Lei n.º 9.433/1997** institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências, a partir do Código de Águas (Decreto n.º 24.643/1934). Os seus dispositivos regulamentam o uso e a classificação das águas brasileiras, definindo o conteúdo mínimo necessário aos Planos de Recursos Hídricos.

A **Lei n.º 9.985/2000** institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, nas suas categorias de uso direto e indireto: Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável.

Além dos princípios de organização espacial, o SNUC contempla, entre suas diretrizes, a “promoção da educação e interpretação ambiental, da recreação em contato com a natureza e do turismo ecológico”.

A **Lei Federal n.º 10.257/2001**, Estatuto das Cidades, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Estabelece como diretrizes a ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar, entre outros, seu parcelamento, a edificação, o uso excessivo ou inadequado em relação à infraestrutura urbana, a poluição e a degradação ambiental.

A **Resolução CONAMA n.º 341**, de 25 de setembro de 2003, dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação, na Zona Costeira.

A **Resolução CONAMA n.º 357**, de 17 de março de 2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.

A legislação ambiental está disponível no sítio do Ministério do Meio Ambiente www.mma.gov.br e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA www.ibama.gov.br/ambtec

Devem também ser considerados os documentos do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA12, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar – CIRM14, as leis e decretos que regulamentam, reconhecem e protegem o direito a terra e demais dispositivos relativos às comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras, além das legislações de âmbito estadual e municipal que incidem sobre o segmento que podem ser encontradas nas respectivas Câmaras Legislativas.

No mesmo trabalho do Ministério do Turismo (Op. Cit.) aparecem, ainda, as leis associadas aos direitos do consumidor:

A **Lei n.º 8078/90**, que institui o Código do Consumidor, estabelece uma série de direitos ao consumidor: em relação à qualidade do produto ou serviço, ou seja, o direito ao princípio da qualidade; outorga também o direito do consumidor de ser informado sobre as reais características dos produtos e serviços, ou seja, o direito ao princípio da transparência; e, por último, a norma dá proteção contratual ao consumidor ou o direito ao princípio da proteção contratual.

O Código do Consumidor deu nova redação a vários dispositivos da Lei n.º 7.347, de 24/7/1985, que previne ação de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (art. 1º, I). Com o entrosamento entre as duas leis, o direito de defesa dos consumidores e das vítimas poderá ser exercido em juízo, individualmente, ou a título coletivo. A defesa coletiva será exercida “quando se tratar de interesses, ou direitos difusos”, entendida como “os trans-individuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato” (art. 81, parágrafo único, I do Código).

O MTur adota como parte da sua política estrutural a inclusão das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, por meio da acessibilidade a espaços, equipamentos, serviços e informações turísticas, considerando aspectos da legislação descrita a seguir:

a) Lei n.º 10.048/2000 e seu decreto regulamentador n.º 5.904, de 21 de setembro de 2006 – estabelecem prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dão outras providências.

b) Lei n.º 10.098/2000 – estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

c) Lei n.º 10.741/2003 – dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

d) Lei n.º 11.126/2005 e seu decreto regulamentador n.º 5.904, de 21 de setembro de 2006 – dispõem sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

e) Decreto n.º 5.626/2005 – regulamenta a Lei n.º 10.436/2002 – dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098/2000.

f) Portaria n.º 310/2006 – aprova a Norma Complementar n.º 01/2006, que trata de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

i) NBR 14022:1998 – acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal.

j) NBR 14273:1999 – acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial.

k) NBR 13994:2000 – elevadores de passageiros – elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.

l) NBR 9050:2004 – acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

m) NBR 15320:2005 – acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário.

n) NBR 14021:2005 – transporte – acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano.

o) NBR 15250:2005 – acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário.

p) NBR 15290:2005 – acessibilidade em comunicação na televisão.

Os empreendimentos que envolvam interesse turístico, de lazer ou negócios, eventos, feiras, convenções e afins, hotéis, pousadas ou similares deverão adequar

seus projetos arquitetônicos e de engenharia, consoantes às normas e especificações de adaptação e acessibilidade.

Em termos do Turismo de Sol e Praia, vale destacar a importância da implantação de *decks* com rampas ou passarelas que terminem na faixa de areia das praias, a adaptação de banheiros e outros equipamentos para que tudo ocorra dentro dos padrões de acessibilidade. Muitas praias, em função de suas características físico-naturais (areia dura), propiciam em toda a sua extensão a locomoção de cadeirantes.

Devem ser observadas, ainda, as orientações contidas no documento Turismo e Acessibilidade: Manual de Orientações¹⁶, incorporando recomendações e legislações pertinentes. Também são importantes as normas municipais no ordenamento de acessibilidade turística, destacando o já citado Plano Diretor Municipal, os Planos Diretores de Transporte e de Trânsito, o Código de Obras, o Código de Postura, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a Lei do Sistema Viário, conforme o Decreto n.º 5.296/2004.

ANEXO B: Resultados dos questionários

a) Tabela com os resultados agregados (número de entrevistados) da avaliação do sistema turístico do Balneário Cassino, na visão dos atores locais.

	Ótimo	Médio	Ruim
1. Atratividade Geral	76	206	65
2. Atratividade da Praia	151	111	29
3. Situação Ambiental	39	179	68
4. Condições Climáticas	33	167	89
5. Infraestrutura	34	203	174
6. Administração	11	167	111
7. Informações	8	82	87
8. Impactos sobre o Patrimônio Cultural	31	139	50
9. Efeitos sobre a Comunidade Local	18	140	62
10. Comunidade Local (hospitalidade, informações sobre o local, educação e conscientização, qualificação mão de obra).	36	121	68

b) Tabela com os resultados (número de entrevistados) dos questionários, na visão de cada grupo.

b-1) RESPOSTAS DOS MORADORES

1. Atratividade

1. Atratividade geral	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Beleza do Cenário	5	13	2	0
Diversidade de Recursos como Objeto de Atração Turística	2	11	7	0
Singularidade	5	12	3	0
Originalidade e Equilíbrio da Paisagem	5	12	2	1
Diversidade e Alternativas das Oportunidades de Lazer	2	11	7	0
Limpeza do Meio Ambiente (Ar, Água e Solo).	0	11	9	0

2. Atratividade da praia	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Beleza da Praia	11	7	2	0
Tipo de Areia	9	10	1	0
Largura e Comprimento da Praia	19	1	0	0
Variedade de Atividades	1	11	8	0
Conforto	2	14	3	1

2. Meio Ambiente

3. Situação Ambiental	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Densidade Populacional	2	15	2	1
Impacto Ecológico	1	16	3	0
Recursos Naturais	5	12	2	1
Riscos Naturais	2	16	2	0
Pragas, Incômodos (Mosquitos, Moscas, Cachorros, etc.) .	0	6	14	0

4. Condições Climáticas	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Chuvas	4	12	4	0
Temperatura	3	14	3	0
Vento	0	5	15	0
Umidade	1	8	11	0
Frequência de Tempestades (Frentes Frias)	2	14	4	0

5. Infraestrutura	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Condições da Malha Rodoviária (Ruas, Avenidas, Estradas).	0	7	13	0
Sistema de Transportes Coletivos (Frequência, Rodoviária, Qualidade, etc.).	1	9	10	0
Qualidade da Água, Capacidade de Suprimento (Estoque).	1	16	3	0
Esgotamento Sanitário	0	4	16	0
Lixo (Lixeiras, Recolhimento de Lixo).	2	13	5	0
Instituições de apoio (Hotéis, Bancos, Postos de Saúde, Restaurantes, etc.).	1	14	5	0
Segurança Pública	1	10	9	0

3. O Balneário

6. Administração	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Qualidade dos Serviços	0	13	7	0
Capacidade de Expressão /Comunicação (Língua)	0	10	10	0
Facilidades de Serviços e Manutenção	0	11	9	0
Planejamento e Mitigação dos Impactos Ambientais	0	16	4	0
Participação Local	1	9	10	0

7. Informações	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Guias	0	12	8	0
Informações sobre Passeios Oferecidos	0	8	12	0
Informações Prestadas aos Turistas	0	13	7	0

8. Impactos sobre o patrimônio cultural	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Étnicos	1	16	3	0
Sítios Históricos	1	14	5	0
Crenças e Religiões	5	11	4	0
Costumes, Tradições e Solidariedade.	4	13	3	0

9. Efeitos sobre a Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Posição da Comunidade	0	15	5	0
Educação	0	15	5	0
Nível de Participação (Ativo/Passivo)	0	11	9	0
Uso local de sítios turísticos	1	9	10	0

10. Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Hospitalidade	5	13	2	0
Informações sobre o Local	2	11	7	0
Educação e Conscientização das Pessoas	0	11	9	0
Mão de Obra Qualificada para o Serviço Turístico	0	10	10	0

b-2) RESPOSTAS DOS COMERCIANTES

1. Atratividade

1. Atratividade geral	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Beleza do Cenário	9	11	0	0
Diversidade de Recursos como Objeto de Atração Turística	1	11	8	0
Singularidade	4	10	4	2
Originalidade e Equilíbrio da Paisagem	7	10	2	1
Diversidade e Alternativas das Oportunidades de Lazer	1	12	6	1
Limpeza do Meio Ambiente (Ar, Água e Solo).	3	12	5	0

2. Atratividade da praia	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Beleza da Praia	14	4	1	1
Tipo de Areia	14	5	1	0
Largura e Comprimento da Praia	17	1	0	2
Variedade de Atividades	2	13	3	0
Conforto	3	12	3	0

2. Meio Ambiente

3. Situação Ambiental	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Densidade Populacional	6	11	1	2
Impacto Ecológico	2	14	3	1
Recursos Naturais	6	14	0	0
Riscos Naturais	1	17	1	1
Pragas, Incômodos (Mosquitos, Moscas, Cachorros, etc.).	0	1	19	0

4. Condições Climáticas	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Chuvas	2	9	8	1
Temperatura	6	12	2	0
Vento	0	11	9	0
Umidade	1	14	5	0
Frequência de Tempestades (Frentes Frias)	1	11	8	0

5. Infraestrutura	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Condições da Malha Rodoviária (Ruas, Avenidas, Estradas).	1	6	13	0
Sistema de Transportes Coletivos (Frequência, Rodoviária, Qualidade, etc.).	2	7	11	0
Qualidade da Água, Capacidade de Suprimento (Estoque).	2	14	4	0
Esgotamento Sanitário	0	2	18	0
Lixo (Lixeiras, Recolhimento de Lixo).	4	3	12	1
Instituições de apoio (Hotéis, Bancos, Postos de Saúde, Restaurantes, etc.).	2	13	5	0
Segurança Pública	0	9	11	0

3. O Balneário

6. Administração	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Qualidade dos Serviços	1	8	11	0
Capacidade de Expressão /Comunicação (Língua)	2	8	9	1
Facilidades de Serviços e Manutenção	0	6	14	0
Planejamento e Mitigação dos Impactos Ambientais	0	11	9	0
Participação Local	0	8	12	0

7. Informações	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Guias	0	7	13	0
Informações sobre Passeios Oferecidos	1	5	14	0
Informações Prestadas aos Turistas	2	4	14	0

8. Impactos sobre o patrimônio cultural	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Étnicos	3	11	4	2
Sítios Históricos	1	10	7	2
Crenças e Religiões	3	10	5	2
Costumes, Tradições e Solidariedade.	3	8	7	2

9. Efeitos sobre a Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Posição da Comunidade	1	11	6	2
Educação	2	12	4	2
Nível de Participação (Ativo/Passivo)	3	8	7	2
Uso local de sítios turísticos	1	9	8	2

10. Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Hospitalidade	4	10	4	2
Informações sobre o Local	6	6	6	2
Educação e Conscientização das Pessoas	1	9	8	2
Mão de Obra Qualificada para o Serviço Turístico	0	8	10	2

b-3) RESPOSTAS DOS TURISTAS

1. Atratividade

1. Atratividade geral	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Beleza do Cenário	11	9	0	0
Diversidade de Recursos como Objeto de Atração Turística	5	12	3	0
Singularidade	6	12	0	2
Originalidade e Equilíbrio da Paisagem	6	14	0	0
Diversidade e Alternativas das Oportunidades de Lazer	4	12	4	0
Limpeza do Meio Ambiente (Ar, Água e Solo).	1	16	3	0

2. Atratividade da praia	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Beleza da Praia	14	5	1	0
Tipo de Areia	13	6	1	0
Largura e Comprimento da Praia	20	0	0	0
Variedade de Atividades	7	10	3	0
Conforto	8	10	2	0

2. Meio Ambiente

3. Situação Ambiental	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Densidade Populacional	7	12	1	0
Impacto Ecológico	1	12	6	1
Recursos Naturais	6	10	2	2
Riscos Naturais	0	17	1	2
Pragas, Incômodos (Mosquitos, Moscas, Cachorros, etc.).	0	8	12	0

4. Condições Climáticas	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Chuvas	3	16	0	1
Temperatura	8	10	1	1
Vento	1	6	12	1
Umidade	1	13	5	1
Frequência de Tempestades (Frentes Frias)	1	16	2	1

5. Infraestrutura	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Condições da Malha Rodoviária (Ruas, Avenidas, Estradas).	0	10	10	0
Sistema de Transportes Coletivos (Frequência, Rodoviária, Qualidade, etc.).	3	9	8	0
Qualidade da Água, Capacidade de Suprimento (Estoque).	3	14	2	1
Esgotamento Sanitário	0	7	13	0
Lixo (Lixeiras, Recolhimento de Lixo).	3	11	6	0
Instituições de apoio (Hotéis, Bancos, Postos de Saúde, Restaurantes, etc.).	4	12	4	0
Segurança Pública	4	14	2	0

3. O Balneário

6. Administração	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Qualidade dos Serviços	0	16	3	1
Capacidade de Expressão /Comunicação (Língua)	4	12	3	1
Facilidades de Serviços e Manutenção	0	14	5	1
Planejamento e Mitigação dos Impactos Ambientais	0	15	4	1
Participação Local	3	15	1	1

7. Informações	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Guias	1	12	7	0
Informações sobre Passeios Oferecidos	1	11	8	0
Informações Prestadas aos Turistas	3	10	7	0

8. Impactos sobre o patrimônio cultural	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Étnicos	1	12	4	3
Sítios Históricos	3	10	4	3
Crenças e Religiões	2	13	2	3
Costumes, Tradições e Solidariedade.	4	11	2	3

9. Efeitos sobre a Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Posição da Comunidade	3	14	0	3
Educação	4	12	1	3
Nível de Participação (Ativo/Passivo)	2	13	2	3
Uso local de sítios turísticos	1	11	5	3

10. Comunidade Local	Ótimo	Médio	Ruim	NR
Hospitalidade	8	10	0	2
Informações sobre o Local	6	10	3	1
Educação e Conscientização das Pessoas	3	12	4	1
Mão de Obra Qualificada para o Serviço Turístico	1	11	5	3

ANEXO C: Estrutura da Política Municipal de Turismo

Para a melhoria da atividade turística é necessário a existência de um Inventário da Oferta Turística Municipal; um Conselho Municipal de Turismo ativo, e a criação de um Fundo Municipal de Turismo. No município de Rio Grande, as políticas devem obedecer a Lei Orgânica Municipal, que é a lei pela qual os municípios devem reger suas políticas gerais e sua administração, e o Plano Diretor Municipal (2008), este que é o instrumento legal máximo para o ordenamento municipal. Além de leis específicas para a atividade turística. Desta forma, para a elaboração desta proposta de agenda estratégica, foram consideradas as diretrizes destes instrumentos.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

CAPÍTULO V – DO TURISMO

Art. 173 - O Município instituirá política de turismo e definirá as diretrizes a observar nas ações públicas e privadas com vistas a promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Parágrafo Único - Para o cumprimento do disposto neste artigo, cabe ao Município, através de órgão competente, promover:

I - o inventário e a regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico;

II - a infra - estrutura básica necessária à prática do turismo, apoiando e realizando os investimentos na produção, criação e qualificação dos empreendimentos, equipamentos e instalações ou serviços turísticos;

III - a implantação de ações que visem ao permanente controle de qualidade dos bens e serviços turísticos;

IV - as medidas específicas para o desenvolvimento dos recursos humanos para o setor;

V - a elaboração sistemática de pesquisas sobre a oferta e demanda turística, com análise dos fatores de oscilação do mercado;

VI - a conservação de pontos turísticos de destaque;

VII - a realização de festivais e outros eventos de natureza cultural, artística ou desportiva;

VIII - o fomento ao intercâmbio permanente com outros Municípios da federação e com o exterior, em especial com os países do Prata.

PLANO DIRETOR

Inicialmente, dentre os objetivos gerais do Plano Diretor Municipal de Rio Grande, no Art. 10, página 3 deste instrumento, consta um tópico relacionado ao turismo:

*VI - **Fomentar as atividades** portuárias, industriais, comerciais e de serviços, artesanais, serviços públicos, agropecuárias, pesqueiras e o **turismo para gerar emprego e renda aos cidadãos do município**; (Art. 10, Plano Diretor Municipal de Rio Grande, 2008).*

Depois, mais especificamente sobre o turismo, nos Art. 14 e Art. 15 do Plano Diretor constam:

***Art. 14.** Cabe ao Poder Executivo promover e incentivar o turismo como fator estratégico de desenvolvimento econômico e social do Município visando a ampliar gradativamente e quantitativamente os fluxos de visitantes para o Município e aumentar a taxa de permanência média de turistas na cidade.*

***Art. 15.** Para a promoção do turismo no Município, devem ser observadas as seguintes diretrizes:*

I - Elaborar e executar o Plano Municipal de Turismo;

II - Criação de imagem turística do Município de fácil identificação e divulgação;

III - Consolidar e desenvolver a condição de polo turístico do município, priorizando suas características de cidade histórica e litorânea, valorizando seu patrimônio cultural, paisagístico e ambiental, Molhes da Barra e o Balneário Cassino;

IV - Proceder o zoneamento turístico do município, estabelecendo e preservando áreas e locais de interesse turísticos, bem como corredores turísticos;

V - Preservar e valorizar os pontos turísticos da área urbana e rural, bem como os equipamentos relevantes para o turismo;

VI - Identificar e estimular os tipos de turismo possíveis de serem implementados no município;

VII - Criar e incentivar a elaboração de roteiros e produtos turísticos de referência no município;

VIII - Estruturar os serviços de informações turísticas no município, com um sistema de sinalização adequado e implantação de pontos de apoio logístico aos visitantes;

IX - Fortalecer as atividades culturais, esportivas e religiosas e os eventos mais relevantes para o desenvolvimento da atividade turística;

X - Implantar planos e projetos e promover ações conjuntas de todos os órgãos do governo municipal para melhoria e adequação da infraestrutura urbana aos interesses do turismo;

XI - Incentivar, apoiar e promover iniciativas para treinamento e qualificação da mão de obra nos diversos setores da atividade econômica relacionados à atividade turística;

XII - Promover a divulgação turística e desenvolver material institucional do município;

XIII - Adotar iniciativas visando a acessibilidade aos locais à visitaçãõ;

XIV - Fomentar e incentivar a instalação de empresas privadas ligadas ao setor turístico;

XV - Promover a integração do município com os demais municípios da região para o desenvolvimento turístico;

XVI – Promover o reconhecimento das áreas não consolidadas e atrativas para o turismo para investimentos em infraestrutura, controle dos espaços públicos e incentivos à preservação de suas características singulares, culturais, históricas e ambientais;

XVII - Estimular o turismo rural;

XVIII - Estimular a construção de equipamentos de hospedagem no município, fomentando o desenvolvimento do turismo;

XIX - Fortalecer as atividades gastronômicas, culturais e tradicionais no município.

Ainda sobre as exigências necessárias para o desenvolvimento das atividades turísticas na cidade de Rio Grande, em outro artigo, o Plano Diretor obriga a elaboração de outro instrumento que regulamenta esta atividade, e que deve seguir as exigências expostas acima.

Art. 178. *No prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir da vigência deste Plano Diretor, deverão ser elaborados e encaminhados, entre outros, os seguintes planos:*

I - Plano Viário Municipal;

II - Plano Municipal de Turismo;

III - Plano Municipal de Habitação;

IV - Plano de Uso da Praia do Cassino;

V - Plano Ambiental Municipal;

VI - Agenda 21;

VII - Plano Municipal do Patrimônio Cultural;

VIII - Plano Municipal de Regularização Fundiária.

Parágrafo único. Os Planos indicados neste Artigo deverão assegurar a participação direta da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade. (Plano Diretor da cidade de Rio Grande, 2008).

Este tópico demonstra que há uma preocupação com o bom desenvolvimento da atividade turística na cidade de Rio Grande. Mas somente com as diretrizes para as ações e o incentivo à atividade não é possível se alcançar bons resultados para a economia local.

Com base nesses artigos, fica claro que existe uma estrutura política formal, e que foi implementada. A sua implementação é evidenciada pela criação do Conselho Municipal de Turismo (Lei nº 5.290, de 6 de janeiro de 1999).

Este Conselho tem suas atribuições apresentadas no Artigo 2º da Lei nº 5.290/1999:

“Artigo 2º - São atribuições do CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO:

I - Elaborar seu Regimento Interno;

II - Proceder ao inventário das atrações turísticas existentes no Município, e organizar o calendário turístico-municipal;

III - Estudar as questões referentes ao turismo;

IV - Sugerir medidas que proporcionem o incremento do turismo no Município, organizando o respectivo planejamento geral;

V - Propor a realização de exposições e certames, e incentivar as festividades de cunho artístico, cultural e esportivo, tendo em vista atrair correntes turísticas;

VI - Sugerir medidas que visem estimular a melhoria e a construção de estabelecimentos de infraestrutura turística;

VII - Articular-se com órgãos públicos e particulares, a fim de assegurar a convergência de esforços e recursos para o desenvolvimento do turismo no Município. (Lei nº 5240/6 de janeiro de 1999)”.

Segundo esta lei (op. Cit.) o Conselho Municipal de Turismo deverá ser integrado pelos seguintes membros: a) Um representante do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Rio Grande; b) Um representante do Museu Oceanográfico; c) Um

representante da Câmara do Comércio; d) Um representante da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG; e) Um representante da Fundação Cidade do Rio Grande; f) Um representante da Câmara Municipal de Vereadores; g) Um representante da Associação Pró-Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande – APAHAC; h) Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas; i) Dois Representantes do Município, nomeados pelo Prefeito Municipal; j) Um representante da Associação Comercial do Cassino; k) Um representante da União Riograndina das Associações de Bairros – URAB; l) Um representante da Associação de Guias de Turismo de Rio Grande – AGTUR; m) Um representante do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Rio Grande do Sul – SINCAVER; n) Um representante da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, através da Sociedade Marinense de Desenvolvimento Sustentável; o) Um representante da Secretaria Especial do Cassino.

Ainda, aparece no texto da referida lei que, é admitida a participação, nas reuniões do Conselho, de outras pessoas capazes de contribuir para a elucidação dos assuntos submetidos à discussão, mas sem direito a voto.

Se tratando, ainda, da estrutura da política municipal de turismo, se faz necessária a busca por financiamento para os investimentos de melhoria da atividade. Os recursos destinados às ações para o desenvolvimento do turismo são dados pelo orçamento plurianual municipal. Mas outras formas de financiamento devem ser buscadas, e uma alternativa é o Fundo Municipal de Desenvolvimento Turístico.

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Recentemente, foi criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo (FUNDETUR-RG), através da Lei nº 5.486, de 14 de março de 2011. É um fundo financeiro para o investimento em atividades e ações de desenvolvimento do turismo na cidade de Rio Grande. Que foi criado com a finalidade, principal, de prover recursos para a implantação de programas de trabalho relacionados ao turismo no município.

Este fundo seria fomentado, principalmente, por dotações do orçamento geral do município; contribuições e auxílios da iniciativa privada e de órgãos da administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal; doações feitas

diretamente ao Fundo e outras vendas eventuais; taxas do setor turístico ou incentivos fiscais, que porventura vierem a ser criados; receitas oriundas de convênios, acordos e contratos destinados ao Fundo e celebrados entre o Município e instituições públicas e privadas; e outras receitas especificamente destinadas ao Fundo.

A administração do FUNDETUR-RG é de responsabilidade do Conselho Municipal de Turismo, a quem também compete a aprovação, a aplicação e a liberação de recursos do Fundo; a fiscalização e o acompanhamento da aplicação dos recursos; e a aprovação e a prestação de contas anual.